

O que são os cortiços no centro de S. Paulo:

Meio milhão de pessoas que ninguém vê na cidade



Quatrocentas e vinte mil pessoas morando em 4.400 cortiços e 106.000 casas coletivas, com famílias inteiras vivendo dentro de um quarto único, e privadas servindo a 50 pessoas, assinalavam em estatísticas de 1973 uma situação real vivida por seres humanos, dentro do centro da cidade de São Paulo: uma população quase igual à de Niterói e duas vezes superior à de Petrópolis, muito maior que São Bernardo do Campo, ou muitas outras grandes e importantes cidades brasileiras. Os estudos recentes sobre o estado de miserabilidade e humilhação deste grupo humano indicam que ele está crescendo. Estes números foram estimados em 1973, quando a população encortijada representava 9,3% da população, enquanto que hoje São Paulo conta com quase dois milhões de pessoas a mais.

Santa Cecília, Barra Funda, Consolação e Bexiga são bairros onde proliferam os cortiços, gerando a desagregação familiar, desajustamento psico-social, doenças, prostituição e marginalização. Maria Emilia Margonari, assistente social, responde na última página a perguntas como esta: O que se está fazendo para minorar o problema? O cortijado de hoje é o favelado de amanhã? Há soluções para o problema? Maria Emilia conta outras coisas estarrecedoras da vida nos cortiços, enquanto a socióloga Marta Terezinha Godinho, autora do trabalho "Diagnóstico sobre o cortiço no Município de São Paulo", complementa a reportagem com dados importantes que mostram a "realidade urbanística brasileira, com seus proble-

mas de uso inadequado de solo, de marginalização das populações sem especialização, vindas do meio rural”.

A socióloga conclui que a intervenção deve ser feita prioritariamente em bairros como a Lapa, Vila Prudente e outros da região Leste, mas que todo o município necessita de um trabalho a nível de erradicação dos cortiços.

Um menino de seis anos de idade, morador de um cortiço do bairro de Santa Cecília desde a idade de dois anos, prestou-nos um depoimento. Em poucas palavras este menino apresenta sua família e seu irmão de 11 anos, profundamente atingido pelo ambiente e as miseráveis condições de vida da “maloca”. Este menino de 11 anos está internado numa clínica de Franco da Rocha, recebendo um tratamento à base de eletrochoques. “É a mesma doença que eu, minha mãe e meu pai temos”, diz o pequeno. A mesma doença que atinge, em maior ou menor grau, todos os encortiçados desta cidade, e que tem o nome de miséria.

A Igreja está empenhada na promoção do homem da periferia, uma palavra que não se limita a uma posição geográfica. Homem periférico é aquele que vive à margem. Assim, pode ser periférico o homem que vive na região Centro, como nos cortiços. Para mudar a realidade é preciso conhecê-la, mesmo que os fatos sejam chocantes. Tudo sobre os cortiços — esta triste realidade — na última página.



Processo de formação dos cortiços

Praticamente inédito, sem chegar a despertar nas autoridades de então o mínimo interesse, o "Diagnóstico sobre o Fenômeno Cortiço no Município de São Paulo", realizado pela equipe da dra. Marta Teresinha Godinho, quando ela ocupava o cargo de diretora geral do Departamento de Habitação e Trabalho, da antiga Secretaria do Bem-Estar Social, é hoje um dos principais documentos sobre o tema. Sua contribuição poderia ter sido muito grande — e pode ser grande — desde que os responsáveis pelos problemas de habitação em São Paulo voltem suas atenções para a resolução do problema, que se mostra sério.

Contudo, conforme Marta Godinho, o técnico está, atualmente, absolutamente descompromissado com a realidade. Seu compromisso volta-se para outras esferas, e a resposta que ele dá é aquela que lhe é solicitada. É o homem, fruto do meio, sendo auxiliado pelo técnico, fruto do sistema. Resultado: a realidade urbanística brasileira, com seus problemas de uso inadequado do solo, de marginalização das populações sem especialização, que se deslocam de um meio rural cada vez menos atendido, para caírem no caos do centro urbano, se parece muito com um poço sem fundo.

Para Marta Godinho, "o problema habitacional em São Paulo engloba níveis diversos de conhecimento e atuação, e o fenômeno cortiço, nas proporções em que atualmente se encontra, torna evidente a urgência de uma intervenção".

DE CASARÕES A CORTIÇOS

Marta Godinho lembra que o problema da metropolização imposta a São Paulo, com a cidade crescendo rápida e espontaneamente, trouxe profundas modificações à fisionomia urbana:

"Entre outras consequências, veio a deterioração de determinados bairros, especialmente aqueles onde se concentravam as classes mais abastadas. À medida em que essas áreas foram perdendo sua vocação inicial, os antigos casarões transformaram-se, gradualmente, em moradias coletivas. Estávamos no início desse processo, com a cidade assistindo a mudança contínua e cada vez mais desordenada do uso do solo, o que provocou a extensão do fenômeno para outros bairros e outros tipos de residências que não os casarões".

A habitação, conforme definição de Marta Godinho, é o meio ambiente onde o ser humano, individualmente ou em grupo, atende às suas necessidades básicas. A demanda de habitação submete-se à diferenciação de grupos sociais e a critérios ecológicos, sanitários, educacionais e culturais. A habitação, enfim, reflete o grupo social que a produz.

"A problemática habitacional — diz Marta Godinho, tende a agravar-se entre as camadas de população com menor poder aquisitivo. Ao encontrar dificuldades em solucionar seus problemas de moradia, essas populações utilizam-se de soluções que se convencionou chamar de subnormais.

Enquanto uma habitação normal responde a requisitos como proteção adequada contra o calor, o frio, o ruído e a umidade; privacidade de um dos moradores, quando este assim o desejar; iluminação natural e artificial adequadas; área habitável distribuída de modo a que não haja confinamento nos dormitórios, nem nos locais de estar, etc., a habitação subnormal apresenta-se com deficiência de iluminação, espaço habitável por pessoa completamente inadequado (menos de 3,6 m² por pessoa), superlotação de dormitórios etc.

O cortiço, ou unidade habitacional coletiva, além dos casarões, forma-se em porões e meias-águas. O inquilino de cômodo, morador típico do cortiço, é obrigado a submeter-se a uma coabitação involuntária, com pessoas superlotando o mesmo ambiente, submetendo-se, na maioria dos casos, ao uso comum da cozinha e das instalações sanitárias, geralmente precárias.

OS MAIORES ADENSAMENTOS

O "Diagnóstico sobre o Fenômeno Cortiço no Município de São Paulo" mostra que em mais de 50% do território urbano de São Paulo apresenta-se com uma média de 10 cortiços/unidade por quilômetro quadrado. A zona de Santo Amaro é privilegiada: ali praticamente inexistem cortiços, devido ao alto valor imobiliário.

A mancha principal, onde a densidade de cortiços por quilômetro quadrado é superior a 10, desenha-se sobre o mapa do município em forma de cruz, estando os maiores adensamentos na asa norte.

As asas Sul e Oeste — uma parte bem velha da cidade — apresentam densidades muito variáveis, sendo o arco Bom Retiro-Pari-Brás a expressão máxima de concentração, enquanto o vizinho centro da cidade é a pressão mínima.

O arco oposto, no lado sul do centro — Consolação — embora menos adensado, surge como a região de São Paulo onde o encortiçamento tende a desaparecer, devido à crescente valorização imobiliária.

A asa Leste, de menores densidades de cortiços, acompanha os trilhos da Rede Ferroviária Federal, mais expressivo processo de encortiçamento aí se apresenta no Tatuapé, região marcadamente industrial. Em um vazio, os cortiços reaparecem em São Miguel, ao núcleo agregado a São Paulo pela metropolização.

Quanto à asa Norte, localizada entre o antigo ramal ferroviário de Guarulhos e a Dutra, tem seus adensamentos diretamente ligados a esse eixo de transporte.

Jabaquara, Ipiranga e Perdizes são bairros onde concentração de cortiços está exatamente nos trechos maiores índices de ocupação do solo por edificações.

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

O diagnóstico da dra. Marta Godinho, considera a gravidade e as tendências do problema cortiço, e que a intervenção deve ser desenvolvida prioritariamente na asa Norte da mancha, passando depois para os eixos Lapa-Vila Prudente e Leste e, finalmente, para o restante do município.

De uma forma geral, a pesquisa feita pela equipe de Marta Godinho mostra que os moradores de cortiços estão insatisfeitos com a unidade habitacional que ocupam, embora dificilmente um cortiço não tenha luz, esgoto. A insatisfação é gerada por problemas relativos à própria moradia, congestionada e em visíveis condições de subnormalidade.

Já em relação aos bairros onde residem, os moradores de cortiços estão satisfeitos, principalmente porque quase sempre residem muito próximo ao trabalho.

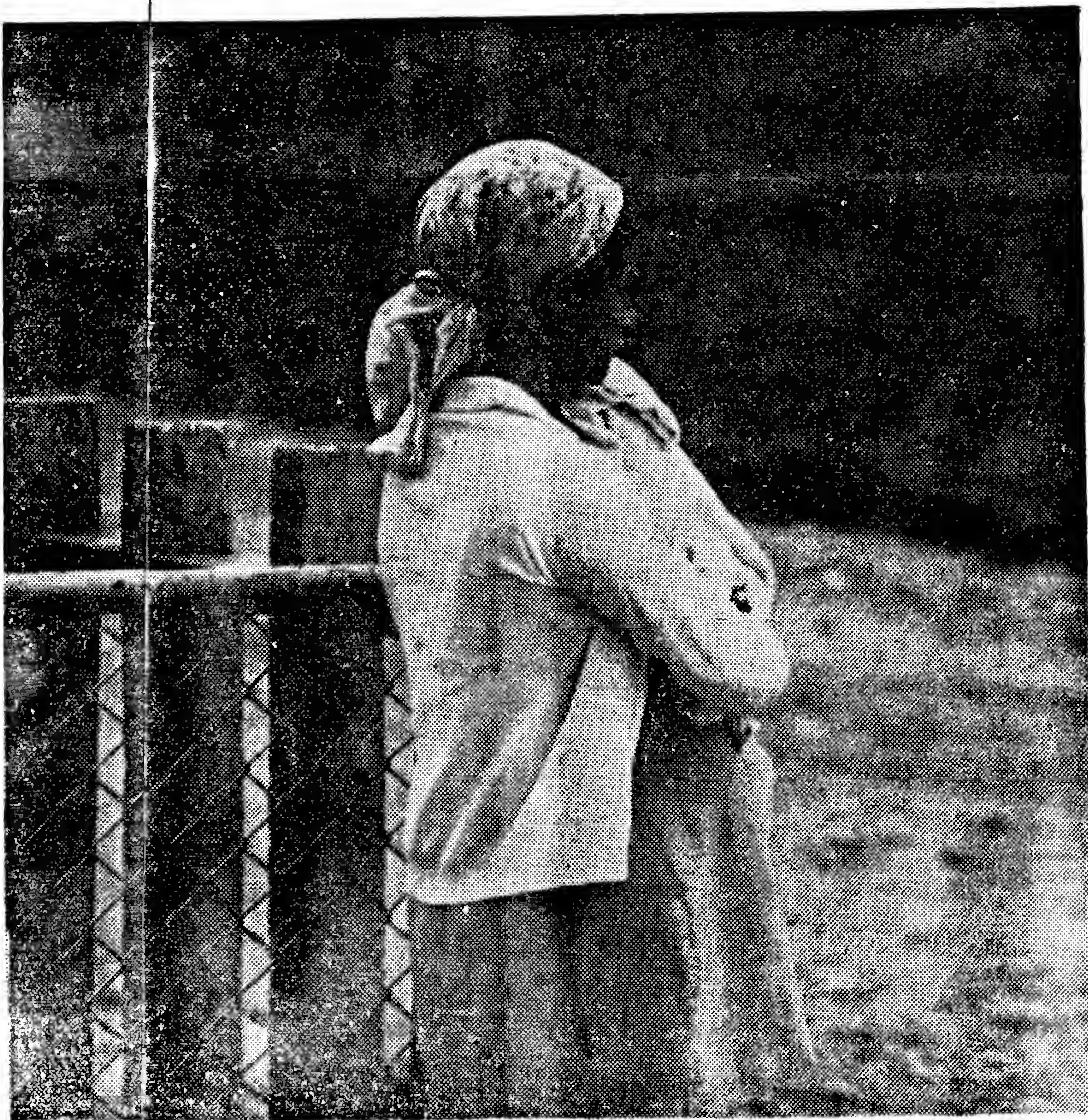
"O cortiço — diz Marta Godinho — enquanto unidade habitacional, não é uma solução provisória para uma população, nem solução de emergência para migrantes recém-chegados. Em outras palavras, trata-se de uma solução viável do problema habitacional, para uma população que vive em condições sócio-econômicas precárias".

Finalizando, Marta Godinho diz que "o problema central de cortiço, sob o enfoque de habitação, é de caráter imobiliário, tanto ao nível de oferta de unidades habitacionais, quanto de integração da população excluída em um sistema de financiamento para habitação compatível com seu nível de renda".

Controle da natalidade: um programa feito em silêncio

Inesperadamente, o Governo lançou o que chamou de Programa Nacional de Planejamento Familiar. Elaborado em silêncio, sem qualquer discussão pública, ele prevê assistência médica especializada, com distribuição gratuita de anticoncepcionais.

Trata-se de evitar o que o ministro da Saúde, Almeida Machado, chama de "maternidade de alto risco" — que coloca em perigo tanto a vida da mulher como a vida da criança — e incrementar o aumento da população. As aparências deixam entrever ação beneficente, bem no interesse do povo e da Pátria. Mas, seria a única solução cabível? Seria a solução mais acertada? Os cientistas, os sociólogos, os políticos e os pastores não poderiam contribuir para apontar outras soluções? Eficientes, humanas,



bem no interesse do povo e da Pátria?

Na página 2, você en-

contra a carta enviada por um nosso leitor sobre o assunto e na página 4

essa grande matéria que nós preparamos em resposta a esta carta.

A Igreja e o controle da natalidade

A posição da Igreja no tocante ao controle da natalidade já é bastante conhecida e continua sendo divulgada por todos os meios de comunicação social. Dado, porém, que o Governo Federal decidiu, na semana passada, lançar um Programa Nacional de Planejamento Familiar — elaborado em silêncio, sem discussão pública de qualquer espécie, embora a matéria, por seu alcance e complexidade, merecesse debate amplo convém lembrar, de forma sucinta, a doutrina da Igreja no tocante à natalidade.

O homem, como ser dotado de inteligência, vontade e capacidade de escolha em seus atos, responde por seus atos perante si, perante a sociedade e perante Deus, como Senhor e Providência do Universo. A soberania do homem face à natureza cósmica não é absoluta. Subordina-se às leis inscritas pelo Criador na própria natureza. Ao se eximir desta responsabilidade, o homem subverte os planos de Deus e entra em processo de dificuldades para si próprio e para a sociedade da qual faz parte. Trata-se de um princípio ético elementar, reconhecido por todos os filósofos e cientistas, bem como por todas as pessoas dotadas de um mínimo de bom senso. A prática deste princípio não se opõe ao progresso nem científico nem social da humanidade. Traça-lhe, isto sim, um rumo seguro e poupa-lhe dissabores sem conta.

A Igreja, fiel a este princípio natural e à Palavra revelada que o completa, definiu sua posição face ao problema da natalidade que, sem dúvida, constitui uma angústia grave para o mundo moderno e levanta sérios questionamentos para todos, desde os Chefes de Estado até os mais humildes cidadãos, envolvendo fatores que vão do salário mínimo à liberdade de consciência, da reta concepção do homem à sua aspiração última: a

licidade. A Igreja não desconhece nem a importância nem a complexidade do problema, tanto em teoria quanto na prática. Qualquer solução, que não atenda ao conjunto dos interesses em questão, será falha e trará consequências negativas certas. E isto contraria o interesse de todos, não por outros motivos, mas pelo simples fato de sermos homens.

O homem deve assumir a direção dos seus atos também no que diz respeito ao controle da natalidade

A Igreja não exige o homem de qualquer responsabilidade moral em sua atividade procreativa, entregando-o à fatalidade de gerar tantos filhos quantos as forças biológicas conseguem. Não! O homem deve assumir a direção de seus atos também neste campo, reconhecendo e aceitando sua subordinação às leis da natureza, embora sem desconhecer que Deus lhe deu a faculdade de "manipulá-las" para melhor servir-se delas. Manipulá-las, sim; ferir a natureza, não.

Por isso "os cônjuges sabem que no ofício de transmitir a vida e de educar... são cooperadores do amor de Deus Criador e como que seus intérpretes. Por isso desempenharão sua atribuição com responsabilidade cristã e humana e, num respeito cheio de docilidade para com Deus, formarão um juízo reto, de comum acordo e empenho, atendendo ao bem próprio e ao bem dos filhos, seja já nascidos, seja que prevêm nascer, discernindo as condições seja materiais seja espirituais dos tempos e do estado de vida e finalmente levando em conta o bem comum da comunidade familiar, da sociedade temporal e da própria Igreja. Os próprios esposos, em última análise, devem formar este juízo, diante de Deus" (GS, 50). A colocação é clara e ampla, ao mesmo tempo. Não impõe

arbitrariamente obrigações, mas também não exime de deveres certos. Estes devem ser assumidos corajosamente, apesar das dificuldades que comportam. Assumi-los com coragem não significa liberdade de agredir as leis da natureza, mas inteligência para equacionar corretamente o problema, escolha de meios apropriados para solucioná-lo e força de vontade para sustentar a luta até a obtenção do objetivo final criteriosamente estabelecido à luz da verdade e do bem individual e coletivo. "Existem os que ousam trazer soluções desonestas a esses problemas e não recuam até mesmo diante da destruição da vida. Mas a Igreja torna a lembrar que não pode haver verdadeira contradição entre as leis divinas sobre a transmissão da vida e o cultivo de um autêntico amor conjugal... Deus, com efeito, que é o Senhor da vida, confiou aos homens o nobre encargo de preservar a vida para ser exercido de maneira condigna do homem" (GS, 51).

Todos os métodos artificiais na regulação da natalidade são condenados pela Igreja

A Encíclica Humanae vitae, de Paulo VI, condena formalmente todo e qualquer método artificial na regulação da natalidade e indica explicitamente a aborto direto, sob qualquer forma, por qualquer método e sob qualquer pretexto; a esterilização direta, definitiva ou temporária, tanto no homem quanto na mulher; ações que visem impossibilitar a procriação, tanto antes, quanto durante ou depois do ato conjugal. No documento o Papa não faz alusão direta a qualquer método. Compete aos peritos estudar quais os métodos, e em que medida, recaem nas práticas condenadas. "A Igreja, por outro lado, não considera ilícito o recurso aos meios terapêuticos, verdadeiramente necessários para curar doenças do organismo, ainda que daí venha a

resultar um impedimento, mesmo que previsto, para a procriação, desde que tal impedimento não seja, por motivo nenhum, querido diretamente" (Humanae vitae, 15).

A Igreja sempre afirmou a licitude do uso do matrimônio nos períodos agênesicos, isto é, dos períodos infecundos na mulher, desde que haja motivos sérios para tanto, como por exemplo, doença de um dos cônjuges, dificuldades econômicas sérias, obrigações sociais muito empenhativas, necessidade de espaçar os filhos a fim de proporcionar-lhes educação apropriada, etc.

Paulo VI apelou aos cientistas para que iniciassem estudos sobre os períodos infecundos da mulher

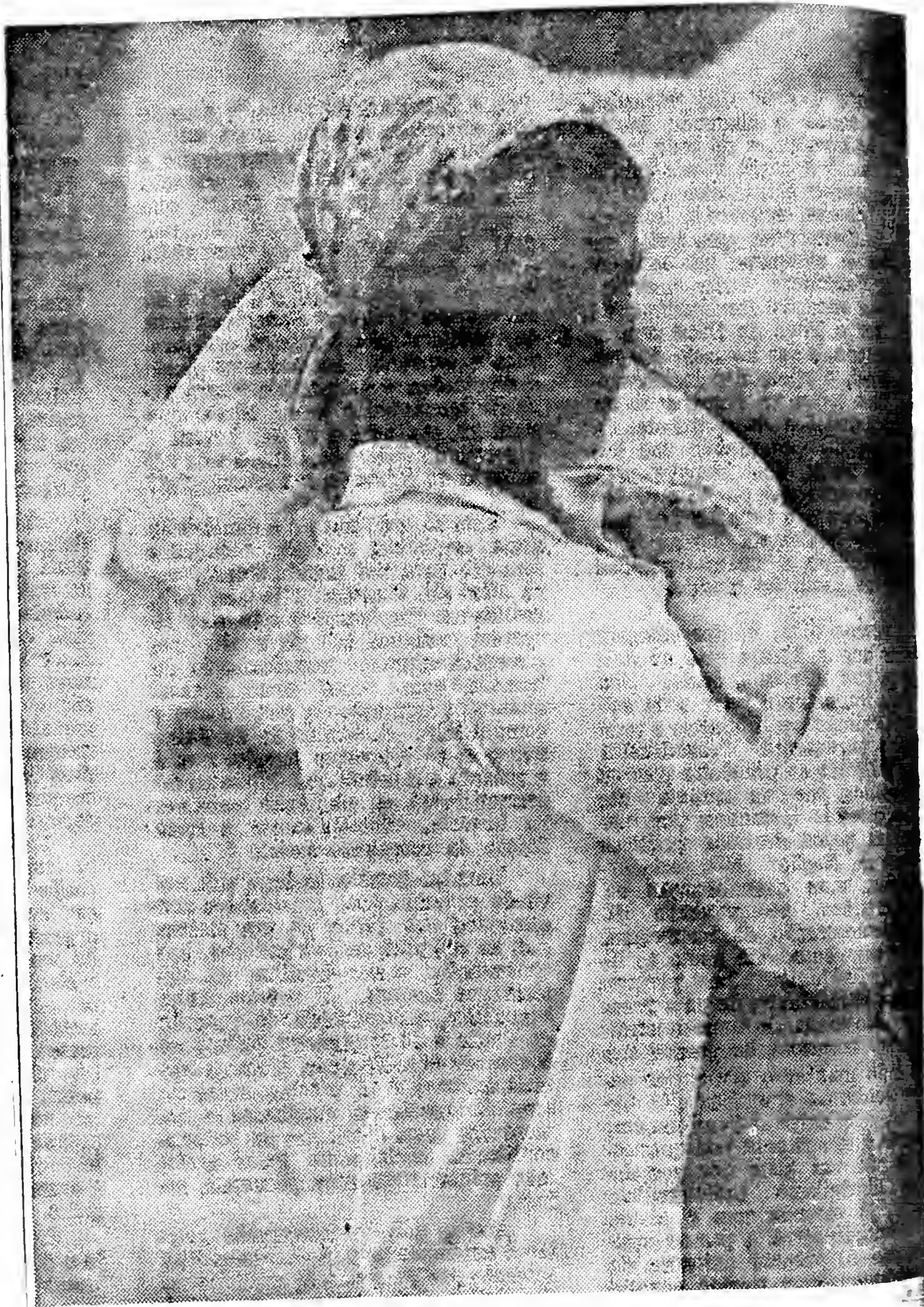
Reconhecendo que os estudos científicos a respeito dos períodos agênesicos, ou infecundos na mulher, andam longe de ter esgotado o assunto, o Papa Paulo VI fez, na Humanae vitae, um caloroso apelo aos cientistas para que aprofundem a investigação do fenômeno e apontem o caminho para o seu uso eficiente a fim de ir ao encontro de muitos casais que, por variadas circunstâncias, enfrentam dificuldades graves.

Infelizmente o apelo de Paulo VI não foi acolhido com a simpatia e a dedicação que a importância do assunto em pauta mereceria. Não faltam, todavia, estudiosos, de comprovada seriedade e profunda sensibilidade humana e cristã, que dedicam toda a sua capacidade à pesquisa científica para aperfeiçoar o método.

Para o dr. Billings, o método dos períodos, preconizado pela Igreja é o mais simples e mais eficiente.

Haja visto o caso do Dr. John Billings, mundialmente conhecido pelo trabalho que há anos vem realizando neste campo. Segundo ele, e baseado em milhares de casais que já orientou, o método dos períodos, proposto pela Igreja como o único lícito, é mais simples, mais eficiente e menos perturbador que qualquer outro. Basta usá-lo corretamente e de acordo com conhecimentos científicos acessíveis a qualquer pessoa. Talvez, o que haja a lamentar, neste sentido, é a falta de iniciativa da parte da Igreja para orientar concretamente os casais. Declarações genéricas, embora doutrinariamente corretas, não resolvem os problemas práticos. Requer-se um passo a mais: uma organização executiva que vá efetivamente ao encontro da pessoa portadora do problema.

Para finalizar, a Igreja não limita a solução do problema ao uso de pílulas ou não, ao método Ogino-Knaus ou a outro mais eficiente. É preciso ajudar as pessoas a crescerem em maturidade humana e cristã. Mostrar-lhes que é possível progredir na castidade como nas demais virtudes. A graça de Deus, somada à boa vontade e ao uso dos recursos disponíveis, triunfa sempre.



Os médicos sabem: tomar pílula é perigoso

Tomar pílula é saudável? Do ponto de vista médico, é bom? Todas as mulheres podem tomar pílula sem problemas colaterais? O dr. Aristóteles Mossa, obstetra e ginecologista, preceptor de ensino em diversos hospitais de São Paulo e com clínica particular há vários anos, responde para OSP: Tomar pílula é perigoso. Há, até, risco de vida.

OSP — Do ponto de vista médico, a mulher deve, ou não, tomar a pílula anti-concepcional?

Dr. Mossa: "Existem fatores que contra-indicam a pílula. Fatores absolutos e fatores relativos. Isto, trocado em miúdos, quer dizer que há mulheres que não podem, de forma alguma, tomar a pílula. Sob grave risco de vida. E há outras para as quais ela é apenas contra-indicada, sem grande risco de vida. De qualquer forma, é preciso ver, sempre, outros problemas: idade, por exemplo. Para as mais jovens ela é menos perigosa".

OSP — Quais são os casos em que a pílula não deve ser indicada, nunca?

Dr. Mossa — "Nos seguintes casos, ela é absolutamente contra-indicada: tumores cancerosos na mama, anomalias no funcionamento do fígado, antecedentes de trombo-flebitis, trombo-embolias ou doenças trombóticas que incluam acidentes cerebro-vasculares, anomalias menstruais não diagnosticadas. Por último, a mulher grávida não pode tomar a pílula. Se ela estiver grávida, e não souber e tomar a pílula, isso poderá causar efeitos de virilização nos fetos femininos. Há dois outros casos: hiperlipidemia (que quer dizer substâncias gordurosas em excesso no sangue) e antecedentes de diabetes.

OSP — Quais as contra-indicações relativas?

Dr. Mossa — "As contra-indicações relativas são para as mulheres com depressões, dores de cabeça do tipo de enxaquecas, fibromas uterinos, hipertensão, epilepsia, distúrbios menstruais".

OSP — Qual o problema ético, moral, do médico diante da paciente que pede e quer adotar a pílula?

Dr. Mossa — "O médico consciente tem realmente um problema ético. Em primeiro lugar ele deve orientar a paciente sobre os possíveis efeitos da ação da droga. É uma obrigação inalienável. Mas há ainda um problema do ponto de vista filosófico. Se o médico é católico, ele deve respeitar as disposições das encíclicas papais sobre o assunto, deve acatar e considerar a posição da Igreja. Um médico, no entanto, às vezes, é quase como um padre. Cada caso é um caso diferente. O médico deve ouvir muito, saber tudo a respeito do ca-

sal e refletir sobre a situação de cada casal em particular".

OSP — Com relação à idade, a quem a pílula faz mais mal: às mulheres jovens, ou às que já passaram a juventude?

Dr. Mossa — "A pílula é tanto mais inócu quanto mais jovem for a idade da paciente. É tanto mais perigosa em mulheres que já passaram dos 40 anos. Por exemplo: há estatística de que o enfarte do miocárdio em mulheres dos 40 aos 44 anos, que ingerem anticoncepcionais é três vezes maior do que nas mulheres da mesma faixa de idade que não ingerem anticoncepcionais. Os mesmos estudiosos observaram que a frequência do enfarte aumenta em mulheres que, além de ingerir anticoncepcionais, tem outros fatores de risco: fumam, tem hipertensão ou diabetes. Esses estudos foram feitos na Inglaterra e os estudiosos chegaram à conclusão que as mulheres que são portadoras desses fatores de risco: diabetes, hipertensão, ou as fumantes, não devem tomar a pílula em nenhuma idade, e principalmente depois dos 40 anos".

OSP — Como agir diante de jovens solteiras que desejam tomar a pílula?

Dr. Mossa — "O que justificou, de uma certa maneira, o uso dos anticoncepcionais por via oral, foi o grande perigo de vida que as "abortadeiras", (as mulheres que fazem o aborto a cada gravidez) correm, por fecção. As moças solteiras, as jovens abortando depois de uma gravidez da e inesperada. A permissividade anda por aí, é a responsável por a obrigação do médico diante disso, uma jovem, solteira, que o procura tomar o anticoncepcional? Não se pode orientá-la. Tudo começa por causas erradas no seio da família. Começa na estrutura familiar desajustada, mal orientadas por uma moral equivocada pelos pais, acabam por afetividade que lhes falta em um ro. É o que comumente se chama. Ela vai projetar a carência efetiva namorado. Resultado: gravidez. Diante disso, o médico não orienta e indica a pílula".

OSP — Está provado que a pílula é contra-indicada nas mulheres? Há estatísticas sobre males futuros em mulheres que começaram a tomar a pílula muito jovens?

Dr. Mossa — "Não há. A droga O hábito da pílula é muito recente. Não se sabe que efeitos a pílula tem em mulheres que começaram a tomar to jovens, e que até agora não tem problemas com isso".

TRIBUNA INTERNACIONAL

A SITUAÇÃO DA MULHER EUROPÉIA:

ENTRE A "FRIVOLIDADE E A TEMPESTADE FEMINISTA"

Mais de 35% dos assalariados europeus são mulheres,
mas elas recebem até 50% menos pelo mesmo trabalho

Liliane Thorn-Petit (*)

O Conselho da Europa, enfim, acaba de recomendar a seus membros medidas visando a reduzir a desigualdade entre homens e mulheres no terreno profissional e na vida familiar.

No conjunto da Comunidade Européia, 35 milhões de mulheres têm uma ocupação assalariada ou independente. Na força ativa total, elas representam de 35 a 40% na maioria dos países membros (cerca de 25% somente nos Países Baixos, na Itália e na Irlanda). Nos serviços da Comunidade Econômica Européia, entretanto, as mulheres estão praticamente ausentes dos cargos superiores (0% no nível A1, 1,55% no nível A2, 0,29% no nível A3, 2,64% no nível A4, mas entre 76 e 83% nos níveis C!) Não há sequer uma no Conselho de Ministros ou na Comissão. E o medo da "frivolidade" levou mesmo, há alguns anos, a proibir a presença das esposas dos homens políticos europeus em todas as reuniões de trabalho conjunto...

Uma tal situação não seria paradoxal num momento em que, num país como a Itália, dois governos tombaram recentemente frente a questões ditas "femininas" - o divórcio e o aborto?

AS RAZÕES DA FALTA DE MOTIVAÇÃO POLÍTICA

Se a Europa não foi ainda tomada pelo feminismo, sua parte meridional até que é bem sacudida por tempestades feministas, por uma subversão brutal que, recém surgida, já desorienta os partidos políticos tradicionais, inclusive o PC, pois se situa deliberadamente fora de todos os agrupamentos políticos e mesmo da luta de classes. A burguesia, ou melhor, a capitalista, sente-se tão atingida pela maior parte dos problemas femininos quanto a operária ou a camponesa. O divórcio, o aborto, o planejamento familiar, a valorização do trabalho, tão ingrato e cansativo, da dona-de-casa, a reciclagem das mães quando as crianças atingem a idade de "se virarem sozinhas", a criação de toda uma infraestrutura de apoio logístico à mãe de família - como a organização de auxílio familiar, creches, babás, etc - são algumas das questões sobre as quais deve-se e pode-se encontrar soluções no plano europeu: não seria essa a melhor maneira, não apenas de desmistificar, mas de despolitizar certos problemas particularmente sensíveis, para não dizer explosivos, em certos países?

Uma única vez aparece uma referência feminina no texto do tratado de Roma: no artigo 119, que versa sobre a igualdade dos salários masculinos e femininos.

Vinte anos depois, as mulheres européias estão longe de atingirem a satisfação: a diferença entre os salários é de 20 a 50% nos países industrializados, segundo um estudo do BIT, para o mesmo período de trabalho, e isto apesar de uma comunicação e de uma proposição de diretiva adotada pelo Conselho Europeu de Ministros de 17 de dezembro de 1974. Se, no entanto, pode-se encontrar aqui ou ali algumas "mulheres-alibi" em postos de responsabilidade, elas constituem exceção. As mulheres são numerosas nos empregos menos qualificados e disputam os menos bem pagos.

Duas razões explicam esse fenômeno: em primeiro lugar, ainda e sempre, a educação e, mais ainda, a formação das mulheres, que continua insuficiente para o exercício de uma atividade ou de uma profissão. A influência do casamento e sobretudo da maternidade sobre o desenvolvimento da vida profissional da mulher é negativa, na medida em que ela se encontra quase sempre levada por essas situações ao exercício do que se pode chamar de "dupla atividade". As dificuldades econômicas que atravessa atualmente a CEE e o desemprego persistente tornam ainda mais aleatória a satisfação das reivindicações femininas e fornecem um bom pretexto aos que querem adiar para mais tarde as medidas necessárias para atingir a plena igualdade, notadamente no campo da orientação e formação profissional, da readaptação e das condições de trabalho.

Os obstáculos que impedem as mulheres de assumir maiores responsabilidades profissionais são os mesmos que as impedem de participar ativamente da política, de ajudar a remodelar a sociedade. Segundo uma recente enquête (1976) feita junto a um terço do pessoal feminino da CEE (1442 pessoas), a falta de motivação política da mulher foi atribuída, por 73%, ao sistema educativo e cultural; por 62% às obrigações familiares; por 39% à atitude psicológica dos militantes masculinos; por 35% à discriminação no seio do aparelho dirigente dos partidos políticos.

A vida política européia, é claro, não se tornará automaticamente ideal no dia em que a proporção de mulheres for a mesma nos postos de comando e no eleitorado: mas também não será pior! Se tomarmos um problema como o da qualidade da vida, que não pode ser resolvido senão em um quadro europeu, ele deveria encontrar uma dimensão feminina, graças à participação de mulheres nos esquemas diretores. Mas o fato de que não sejam consultadas a respeito em nenhum estágio do processo europeu deve ser acrescentado a todas as razões que elas têm para não se sensibilizarem com a Europa.

A EUROPA, UM SONHO LONGE DAS MASSAS

As mulheres representam mais da metade da população da Comunidade Econômica Européia. Mais da metade, também, dos eleitores que designarão, no ano que vem, seus deputados ao Parlamento europeu... Mas se a Europa tornou-se uma realidade, um modo de vida para os agricultores, os comerciantes, os industriais, ela não conseguiu se impor aos operários, ainda menos aos empregados, aos funcionários, a certos autônomos; ela continua, para as mulheres - como para os jovens, - uma desconhecida. É preciso dizer que a Europa tem muito pouca influência sobre a vida cotidiana delas, as donas-de-casa e mães de família, que ainda não soube - ou não pode - penetrar nas massas.

É o sinal revelador de um grande revés, de uma grande falência da Europa. A Comunidade Econômica Européia tornou-se atividade de legisladores, de especialistas, de estrategos, numa palavra: de tecnocratas. Cuidou-se de transformar instituições européias naquele "jogo de pérolas de vidro" de que falava Hermann Hesse, altamente especializado, se não exotérico, no qual só os iniciados têm o direito de pensar e participar. A Europa tornou-se um ideal, um sonho bonito, uma aposta exaltante, mas não será realidade antes do dia em que apreender a dimensão de todos os seus cidadãos e cidadãs e souber motivá-los para um ato de fé, mais importante do que nunca. Pode-se exprimir esse voto num ano de eleições européias, que poderiam mudar - por bem ou por mal - essa imagem de uma Europa que só é feminina... aos olhos da mitologia!

(*) Presidente de honra da Associação Luxemburguesa de Jornalistas.

Mulher precisa ser informada: sobre tudo

Esta é uma matéria que precisa ser lida por todas as pessoas que se interessam pela regulação da natalidade. A mulher, principalmente, deve saber

que pode fazê-lo sem o auxílio da pílula, que pode matá-la. Informar, mais e cada vez melhor, é o nosso objetivo principal.

A vida, desde o instante de sua concepção, sempre exerceu um grande fascínio para a irmã Maria Cecília Bhering, enfermeira obstetra profundamente convencida da eficácia dos métodos naturais para o planejamento familiar.

Com uma experiência acumulada em 36 anos de trabalho e estudos no campo da obstetrícia, a irmã Maria Cecília é hoje uma das principais divulgadoras do método idealizado pelo cientista John Billings no controle da natalidade.

Sendo uma das poucas pessoas no Brasil, com excepcional formação para interpretar a natureza do organismo feminino, a irmã Maria Cecília é constantemente convidada para cursos e conferências em vários estados do País, onde ensina que a vinda de uma criança ao mundo deve ser planejada com carinho, desde o instante da concepção.

Sem métodos químicos ou receitas artificiais, ela diz que uma mulher pode ter o número de filhos que quiser e quando quiser; poderá determinar o sexo de seus filhos; amamentá-los durante o tempo necessário e preparar o organismo adequado para uma nova concepção.

A educação das mulheres é fundamental para que a gravidez transcorra sem riscos e problemas, insiste a irmã, lamentando que a ignorância sobre este aspecto fundamental da vida coloque em perigo a saúde de tantas criaturas.

No primeiro hospital-maternidade em que trabalhou, a irmã Maria Cecília começou a observar que muitas mulheres engravidam sem o menor espaço de tempo entre uma e outra gravidez, atribuindo este fato à falta de orientação pré-natal. O ideal de tempo necessário para que o organismo feminino se recupere do parto, é de dois anos, no mínimo. A não observância desta condição coloca em perigo a saúde da mãe e da criança, que poderá nascer desnutrida, ou com possibilidades de desenvolvimento mental afetadas.

— "Muitas mulheres — diz a irmã — desconhecem quase tudo a respeito de seu organismo e da função de seu aparelho genital. Já vi mulheres grávidas que nem mesmo sabiam por onde deveria nascer a criança. Algumas acreditavam que daria à luz pelo umbigo."

A parte este aspecto extremo da desinformação, a irmã Maria Cecília acha que todas as mulheres deveriam aprender a reconhecer seu período fértil, para limitar os nascimentos de acordo com a vontade do casal. É o que procura ensinar, através do método de Billings.

AULAS

A irmã Maria Cecília é mais duas enfermeiras começaram a orientar as mulheres no Hospital das Clínicas de Belo Horizonte, antes e depois do parto. Além de preparar as mães, a irmã Maria Cecília está interessada na preparação de agentes para a educação maternal em escolas de enfermagem, colégios, clubes de mães e no Setor Saúde da Conferência dos Religiosos do Brasil.

Nestes cursos, o aproveitamento tem sido muito bom, tanto para as mulheres que desejam limitar a natalidade, quanto para aquelas que desejam ter filhos. Num destes cursos, a irmã Maria Cecília foi procurada por uma senhora, casada há 12 anos e sem filhos. Dois meses depois das orientações recebidas, a senhora engravidou como desejava há tanto tempo.

— As mulheres da minha família nunca usaram um anticoncepcional, afirma a irmã Cecília, orgulhosa de ter realizado o parto de todas as suas sobrinhas, que bem preparadas, estavam totalmente refeitas do parto, poucas horas depois.

Em Petrópolis, a irmã Cecília garantiu que das 28 mulheres que orientou após o parto, nenhuma delas havia engravidado, um ano e meio depois.

O sucesso do curso foi possível, graças ao método de Billings, que "não exige medicamentos, termômetro, exercícios; mas apenas um pouco de boa vontade do casal interessado no planejamento familiar".

A Irmã Cecília gostaria que a educação das crianças para a vida tivesse início já no jardim de infância, mas reconhece que existem poucas pessoas suficientemente preparadas para a educação. Educação que segundo ela, deveria sensibilizar em primeiro lugar os agentes mais importantes: enfermeiras, professoras e religiosos.

O MÉTODO

O método de Billings depende apenas da correta observação do muco cervical, um líquido secretado pela mulher e que adquire uma consistência própria durante os três dias férteis do ciclo menstrual.

O método é simples, e pode ser observado facilmente por qualquer tipo de mulher que receba uma orientação para distinguir perfeitamente seu período fértil. Os casais interessados em planejamento familiar através desse método seguro e natural podem recorrer à irmã Maria Cecília Bhering, pela telefone 256-4530, para receber informações mais seguras sobre os cursos de orientação familiar.

O Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto, entidade filantrópica de utilidade pública municipal, estadual e federal, inaugurou dia 28 de agosto mais um núcleo em Jardim Camargo Novo. Fundada em 1966, a entidade visa a promoção humana através do trabalho. Mantém outros dois núcleos na periferia da Região Leste: um no Jardim 3 Marias e outro em Vila Leme.

Maria José de Alencar Brito, assistente social e supervisora do Centro, esclarece que a entidade está desenvolvendo programa de capacitação para o trabalho mediante cursos dados em colaboração com a Prefeitura de São Paulo, com a L. B. A. (Legião Brasileira de Assistência), com o SENAC e em convênio com a Fundação Interamericana. Tendo em vista as necessidades de cada comunidade, são ministrados os seguintes cursos: Corte e Costura, Overloque, Dactilografia, Cabeleireira e Manicure, Auxiliar de Escritório e Pintura em Têxtil. Após o treinamento, as pessoas são encami-

nhadas pela entidade para locais de trabalho previamente acertados. Preferencialmente, porém, o Centro se preocupa em desenvolver cursos de modo que as mães possam trabalhar em casa, ao lado de seus filhos.

O NÚCLEO CAMARGO NOVO

Na realidade o Núcleo Camargo Novo valeu-se da iniciativa anterior da Sociedade do Jardim Camargo Novo que construiu, com a colaboração de 150 associados, um salão para o funcionamento de uma mini-cooperativa, onde também são ministradas aulas pelo Mobral. Já sob a orientação do Centro Social N. Sra. do Bom Parto, outro salão foi construído, em anexo ao primeiro, a fim de desenvolver programa de assistência ao menor e à família carente, feito em convênio com a L. B. A. A inauguração se prendeu ao término desse salão, pois o Núcleo Camargo Novo já dá assistência escolar a 45 crianças, muitas delas em idade escolar mas que, por falta de vaga, não podem frequentar a esco-

Debate

A lei deve ser mudada?

Depoimentos a Reny. Bagini

SIM "Os homens preferem assumir a tradicional posição de "proteção" às mulheres, ao invés de conclamá-las a lutar ao lado deles"

Marly Cardone, advogada especialista em Direito do Trabalho, professora da Universidade de São Paulo, autora de tese sobre "Aspectos histórico-sociais do direito do trabalho da mulher":

“A legislação deve ser a mesma tanto para o homem como para a mulher, salvo naquilo estritamente ligado à maternidade. Se o projeto, que elimina as restrições ao trabalho noturno feminino só vai institucionalizar uma situação que já existe não vejo porque não aprová-lo. Se o trabalho noturno feminino acarreta desvantagens tanto para o homem como para a mulher, isso já vem ocorrendo, pois várias mulheres trabalham durante a noite. Mas também há empregadores que cumprem a atual lei. Portanto, a aprovação desse projeto vai abrir o mercado de trabalho para a mulher e permitir que ela lute por uma colocação com igualdade de direitos. Poderá ocorrer um barateamento da mão-de-obra, mas essas e outras objeções não justificam uma legislação que limita a liberdade da mulher, sob o pretexto de protegê-la. As leis de "proteção" do trabalho extradoméstico das mulheres, que surgiram nos primeiros quartéis do século XIX, devido à conjuntura econômica e política, proibindo-as de exercer determinadas atividades, na realidade não eram direitos mas restrições de direitos. Note-se que a igualdade de remuneração para o trabalho de igual valor da mulher em relação ao homem, não foi objeto das lutas dos homens, mas sim das próprias

mulheres. Sob esse prisma parece justificável concluir que aos homens interessava uma legislação que de alguma maneira limitasse o trabalho da mulher. As medidas protecionistas tiveram como consequência a atenuação dos problemas ligados à participação da mulher no mercado de trabalho: sobraram mais vagas para os homens e os salários não foram tão aviltados, pelo menos em determinados setores.

Mas nem por um momento se cogitou em divisão da carga doméstica entre os sexos, para aliviar a mulher. A situação de sobrecarga foi mantida e, parece-nos, que duas razões podem ser apontadas para esse procedimento: a) desejo inconsciente de manter a mulher com a sobrecarga, a fim de conservá-la em situação de inferioridade; b) a sobrecarga sensibilizaria a opinião pública e acarretaria o aparecimento da legislação "protetora".

Ao que parece a história tende a se repetir, pois a reação dos sindicatos mostra que os homens não estão interessados em que a mulher concorra com eles no mercado de trabalho. E, ao invés de tentarem cercear os abusos dos empresários, propondo leis que impeçam a dispensa de homens e a sua substituição pela mão-de-obra feminina ganhando menos; ou ao invés de difundirem entre elas o direito que lhes é assegurado, promovendo um processo de conscientização, preferem assumir a tradicional posição de "proteção" às mulheres, ao invés de conclamá-las a lutar do lado deles".

"A grande questão, agora, é obter garantia de emprego, salários à altura das necessidades e sindicatos atuantes e livres"

NÃO

Almir Pazzianoto (MDB/SP), especializado em direito trabalhista e advogado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema:

“Temos grande simpatia pelos movimentos que visam valorizar a mulher que trabalha, mas também temos grandes desconfianças em relação a propostas que não surgiram espontaneamente do seio das classes assalariadas. Sempre que o mercado de trabalho torna-se desfavorável aos empregadores, ou há necessidade de maior número de trabalhadores, recorre-se à mão-de-obra feminina em grande quantidade, seja para reduzir salários, seja para pressionar o trabalho masculino, seja para execução de trabalhos marginais. A grande questão da classe trabalhadora brasileira, agora, é obter garantia de emprego, salários à altura das necessidades normais de um chefe de família, sindicatos atuantes e livres.

"Causa uma certa preocupação que certas propostas de reforma legal, a pretexto do favorecimento da mulher, se façam neste momento, quando sabemos que a mão-de-obra feminina sofre a pior forma de discriminação, que é o pagamento de salários sensivelmente inferiores aos pagos aos homens que exercem funções idênticas. Tudo indica que se pretende sobrecarregar a mão-de-obra feminina com horas-extras em número elevado, com trabalho no horário noturno e até com trabalho em lugares condenados pela medicina ocupacional. A reforma legislativa deveria ser feita princi-

palmente com vistas à libertação dos sindicatos do jugo governamental e, em muitos casos, do controle patronal, bem como no sentido de se dar ênfase à contratação coletiva, reduzindo-se o campo de aplicação dos contratos individuais de trabalho.

"É necessário que se dê às entidades da classe o necessário poder de fiscalização junto às empresas. Convém lembrar que as deficiências de fiscalização permitem hoje que a mulher trabalhe em serviços insalubres e também no horário noturno, das 22 às 5 horas, em profissões que não fazem parte daquelas exceções mencionadas pelo artigo 379.

"Não acredito que a maior parte das mulheres operárias o sejam por uma irresistível vocação. Elas entram no mercado para complementar o orçamento doméstico. O que é muito diferente quando se encara o trabalho como uma forma de realização pessoal, onde se pensa num trabalho normal, agradável, gratificante, e nunca num trabalho exaustivo, decorrente de um sem número de horas-extras.

"Além do projeto proposto, nos seus termos exatos, ser desconhecido até o momento, as desvantagens que ele traz não compensam, para a mulher, as discutíveis vantagens. Pois o trabalho noturno deveria ser coibido e autorizado unicamente quando se mostrasse absolutamente necessário e indispensável. De acordo com esse aspecto não me parece que a atual legislação do trabalho se revele ostensivamente desfavorável à mulher."

A quem serve o trabalho noturno das mulheres?

O Ministério do Trabalho pretende liberar oficialmente o trabalho das mulheres à noite e alterar a lei que dispõe sobre creches nas fábricas.

Isso trará benefícios para a mulher trabalhadora?

Ou prejuízos para todos os trabalhadores?

Vera Lucia Manzolillo

Está em tramitação no Congresso, projeto do Ministério do Trabalho que introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho, especialmente em seu Artigo 379, que proíbe o trabalho à noite para a mulher.

A questão foi levantada há alguns meses, provocando reações divergentes. Algumas feministas saudaram a medida como anti-discriminatória, concordando com a declaração do Ministro Arnaldo Prieto, o qual afirmou que "a título de proteger a mulher, a legislação trabalhista termina por prejudicá-la, dificultando o seu acesso ao mercado de trabalho".

Já o Sindicato dos Tecelões de Belo Horizonte, que conta com 70% de mulheres entre seus associados, manifestou a apreensão, não pelos possíveis danos à saúde das operárias que trabalham à noite, mas também levantando o problema da dupla jornada de trabalho, desde que, durante o dia, as mulheres teriam ainda que ocupar-se das atividades domésticas. Sindicatos de trabalhadores do ABC também se pronunciaram contra a medida, que também provocaria o aviltamento dos salários provocados pela concorrência da mão-de-obra feminina.

Na verdade, o trabalho feminino à noite é prática já largamente utilizada, graças à tolerância da fiscalização. A medida que agora se quer introduzir só viria sacramentar uma situação já aceita, de fato, pelas autoridades. Caberia perguntar, portanto: a medida oficial viria realmente contribuir para a eliminação da discriminação contra a mulher no mercado de trabalho? Quais seriam suas consequências sobre a situação da classe trabalhadora em geral?

Enquanto a sociedade não liberar o trabalho doméstico, os esforços pela emancipação da mulher serão meros paliativos

Examinemos primeiro a questão da discriminação. Esta se expressa nos estereótipos que afirmam ser a mulher "por natureza" fisicamente frágil, dócil, emotiva, de inteligência mais intuitiva que racional, não estando por isso apta, na mesma proporção que o homem, a desempenhar cargos e funções que exijam maior responsabilidade, especialização ou esforço físico. Ora, este preconceito é facilmente posto por terra, se formos buscar exemplos que nos dá a História, a Antropologia, ou mesmo a verificação empírica da realidade. A mulher, em condições normais de saúde, e tendo tido o mesmo preparo que o homem, é tão capaz quanto este de desempenhar qualquer função no esforço produtivo. A ciência não comprovou até hoje a existência de nenhuma particularidade do sexo feminino, seja física ou psicológica, que corrobore a inferioridade da mulher para certas ocupações ou sua especial aptidão para outras. As diferenças de comportamento e reações que observamos, e que podem parecer inatas à primeira vista, são resultado do fato de a sociedade impor a homens e mulheres processos de socialização diferentes, pelos quais mitos como o da superioridade masculina, e da tendência natural da mulher para a função de dona-de-casa, são enfatizados.



Evidentemente, esta situação não é gratuita; ela tem suas raízes na própria organização da produção e, basicamente, visa a assegurar que a mulher se desemcumbe de uma imensa tarefa social sem ao menos se aperceber disso. Pois a dona-de-casa, especialmente a de classe trabalhadora, que geralmente não pode dispor nem ao menos da ajuda dos eletrodomésticos, realiza, sozinha, e de forma praticamente despercebida, todo o esforço necessário para recompor e reproduzir a força de trabalho, mantendo a capacidade dos que ora produzem, e criando as próximas gerações de trabalhadores. E isto sem contar nem mesmo com o reconhecimento social para a tarefa que realiza, que, ao contrário, é menosprezada.

Na verdade, a discriminação, o preconceito, expressos na fórmula inculcada desde cedo a todas as meninas, de que sua mais alta aspiração deve ser tornar-se dona-de-casa e mãe, escondem uma necessidade vital da organização da produção no sistema capitalista. O trabalho doméstico, por sua própria natureza incapaz de produzir lucros, é trabalho privatizado, pois se realiza individualmente em cada lar, fora da esfera da circulação, não remunerado, à margem da produção social, embora imprescindível a esta. (1)

Quando as estatísticas apontam uma porcentagem de 18,6% de mulheres brasileiras economicamente ativas em 1970, até parece que as restantes 81,4% estão preguiçosamente vegetando à sombra de seus maridos ou pais. A sociedade não reconhece que todo o esforço dispendido no trabalho doméstico pelas mulheres, nas

idades e no campo, é atividade indispensável, sem a qual torna-se impossível a participação na economia dos trabalhadores empregados diretamente na produção.

Muito se tem falado e discutido, nas últimas décadas, sobre a emancipação da mulher, apontando-se como motores desse processo a descoberta de métodos eficazes de contracepção e o contínuo acesso da mulher ao mercado de trabalho. Se é inegável que a condição da mulher tem se modificado bastante, é talvez apressado concluir que já foram tocadas as bases do problema. É indiscutível que o controle da sua própria fecundidade é condição indispensável à completa liberação feminina. Porém, o modo como os anticoncepcionais estão sendo oferecidos às mulheres das diferentes classes sociais é assunto polêmico.

Quando cai a taxa de lucros das empresas é muito comum recorrer ao trabalho da mulher, para diminuir os custos da produção

Quanto ao acesso ao mercado de trabalho, é ponto pacífico que este tem sido extremamente penoso para as mulheres. Enfrentam a discriminação preconceituosa, a falta de especialização e educação, que a sociedade não lhes fornece ao mesmo nível que aos homens, e principalmente as dificuldades de conciliar o trabalho fora de casa o trabalho doméstico, que ainda é de sua inteira responsabilidade. As mulheres de classe média para cima geralmente encontram ambientes mais esclarecidos, tiveram melhores oportunidades educacionais e podem recorrer a eletrodomésticos, empregadas e creches; mesmo assim, não se pode dizer que não encontrem dificuldades de colocação no mercado de trabalho. Para as da classe trabalhadora, que têm que procurar emprego para suplementar o magro salário do homem, à parte qualquer consideração de afirmação pessoal ou realização profissional, a situação é, naturalmente, muito mais dura: é a imposição da dupla jornada de trabalho, sem apelação.

Este é na verdade o ponto chave do problema da emancipação da mulher, ou seja, a eliminação da dupla jornada é a condição indispensável para que as mulheres possam ter iguais oportunidades. Enquanto a sociedade não liberar todas as mulheres do trabalho doméstico privado, à margem da produção social, todos os esforços pela emancipação feminina serão pouco mais que paliativos. É necessário, primeiro, reconhecer a relevância do trabalho doméstico para a manutenção e reprodução da força de trabalho, e a grave injustiça que é a realização deste trabalho privadamente e exclusivamente pelas mulheres; para então atacar definitivamente o problema, com a criação de uma extensiva rede de facilidades, tais como creches, cantinas, lavanderias. O resultado seria a liberação para o trabalho produtivo de um número imenso de mulheres hoje dele total ou parcialmente marginalizadas, que poderiam então unir-se ao esforço pelo desenvolvimento do país. Estariam assim asseguradas às mulheres as condições práticas que possibilitariam seu acesso, em igualdade de condições, à educação, ao trabalho e à participação nas decisões da comunidade.

Um remédio aparentemente tão simples, e que traria tantas vantagens: por que ainda não terá sido adotado? Aí esbarramos num impedimento estrutural do sistema econômico de produção. A adoção de um sistema de facilidades que liberaria as mulheres para a vida econômica ativa é um projeto que, para ser realizado em larga escala, e para que seja acessível a todos, é totalmente inviável para a empresa capitalista. Trocado em miúdos, não dá lucros, e por isso não se pode esperar que a iniciativa privada por ele se interesse. Somente o Estado teria condições de executá-lo.

Evidentemente, este plano supõe uma concepção de desenvolvimento econômico e social que não é a adotada pelo atual governo. Entretanto, há um mínimo

que se pode exigir de imediato: que o Estado atue no sentido de obrigar as empresas ao cumprimento do pouco que é hoje exigido por lei. É o caso das creches, que todo estabelecimento com mais de 30 empregados em idade fértil deveria manter, o que na prática nunca ocorre.

A legislação poderia ainda ser ampliada; por exemplo, uma das piores formas de discriminação contra a mulher é a sua não-admissão ou dispensa por gravidez, ou não-readmissão após o parto. A França acaba de elaborar a legislação sobre o assunto, prescrevendo a obrigação do patrão de readmitir a mulher, caso esta o solicite dentro de um prazo fixado a partir do nascimento da criança. Na Inglaterra, entrou em vigor no ano passado uma lei que pune as empresas que discriminem contra a mulher, seja por não empregá-la, preferindo o homem, seja por pagamento de salários inferiores aos de homens na mesma função.

No entanto, no Brasil parece estar ocorrendo justamente o contrário; ao invés de se aperfeiçoar a legislação para proteger a mulher da discriminação e da super-exploração de seu trabalho, está ocorrendo o inverso. Recentemente, assessores do Ministro Arnaldo Prieto apontaram como responsáveis pelo "desestímulo ao empregador no aproveitamento da mão-de-obra feminina"; os seguintes fatores: os limites à prorrogação da jornada de trabalho da mulher (proibição do trabalho à noite e limite das horas-extras em 48 horas semanais); a exigência da manutenção, pelas empresas, de creches nos locais de trabalho; a proibição de se empregar mulheres em trabalhos perigosos (mineração, construção civil) ou insalubres.

Com o objetivo de ir eliminando esses entraves, o projeto do Ministério do Trabalho não hesitará em passar por cima da Convenção 89 da Organização Internacional do Trabalho, da qual o Brasil é signatário, e que prevê justamente a proibição ao trabalho feminino à noite. É pensamento do Governo denunciar a Convenção em 1981, data em que expira o prazo de dez anos de sua duração. Até lá, e para dar cobertura a esta reforma da CLT, será utilizada uma brecha fornecida pela previsão de exceção em caso de "interesse nacional".

E nas épocas de crise, quando há desemprego, as mulheres são as primeiras a serem despedidas. As vantagens são das empresas

Quanto à questão das creches, o Ministro Arnaldo Prieto já está pensando numa "solução prática": eliminar a obrigação das empresas, passando entidades como o SESC e o Sesi a operá-las, cabendo às empresas manter um certo número de vagas correspondentes aos filhos de suas empregadas. A justificativa para que se alivie as empresas de um encargo que a lei lhes impõe, assim, "de mão beijada", é que, tal como está, a lei é "de difícil aplicação". É o caso de perguntar: o que é que vai ficar mais fácil com esta inovação, a não ser, claro, do ponto de vista dos patrões?

Parece que a nova legislação, embora justificada como tentativa de eliminar a discriminação e possibilitar melhores oportunidades para as mulheres, não virá acompanhada das medidas necessárias para que esses louváveis propósitos se efetivem, e vá mesmo beneficiar apenas as empresas, conforme denunciaram os sindicatos que se manifestaram a respeito. O fato é que a mão-de-obra feminina, menos experiente, menos reivindicativa, recebe menor remuneração e se sujeita a níveis de produtividade bem mais altos. Portanto, é do

interesse da empresa poder dispor dela o máximo possível, especialmente se isto significa uma depreciação relativa dos salários em geral.

O projeto de reformulação da CLT não irá trazer nenhuma melhora para a situação da mulher trabalhadora. Esta continuará a formar uma reserva de mão-de-obra que pode ser admitida e dispensada com muita maior facilidade, pois que o seu lugar "natural" é em casa e há um consenso de que trabalha temporariamente. A aceitação, pelas próprias mulheres, desta visão, e a taxa relativamente baixa de trabalhadoras sindicalizadas, as torna dóceis e fáceis de manipular, aceitando condições de trabalho e salário que o homem não aceitaria.

Esta situação não é típica do Brasil de hoje. Há o exemplo histórico da mulher européia, chamada de "fábricas e minas" e praticamente todos os setores da economia enquanto os homens eram enviados às frentes das guerras mundiais, para serem recambiadas aos lares com a volta dos homens. Em épocas normais, o papel da mão-de-obra feminina é mais sutil: de uma forma geral, ela é a primeira a ser atingida pelo desemprego nas épocas de crise; mas, especialmente em períodos de queda da taxa de lucros, quando se torna imperioso diminuir os custos de produção, é muito comum o recurso à mulher, de preferência ao homem, justamente pelo fato já visto de sua menor reivindicatividade. Há ainda os setores que utilizam tradicionalmente mão-de-obra feminina, geralmente aqueles considerados "arcaicos" ou "não-dinâmicos" como as indústrias têxteis e de alimentos, e que pagam salários menores e não necessitam muita especialização. Em ambos os casos, as empresas seriam beneficiadas pela possibilidade de empregar mulheres também à noite.

(1) Os dados antropológicos hoje disponíveis demonstram que em outras sociedades, especialmente entre grupos ditos "primitivos", o trabalho doméstico que é realizado pela mulher não é privatizado, mas é oficialmente reconhecido como igual às outras atividades econômicas. Isto se reflete na situação da mulher, pois em muitas dessas sociedades, goza de uma liberdade de fazer inveja às "civilizadas".

“Legalizar” o fato

A polêmica em torno da liberação do trabalho noturno da mulher, que volta à tona com a pretensão do Ministério do Trabalho de alterar a CLT, é bastante antiga. Em 1969, por solicitação de empresários, deixaram de existir restrições na industrialização de produtos perecíveis e nos bancos; e em 1971 nos serviços de processamento de dados e nas indústrias de manufaturados de couro. Hoje, apesar da lei, já é bastante comum o trabalho noturno das mulheres: basta ir às fábricas de tecidos, fiação, laboratórios, para ver mulheres, cuja jornada diária deveria terminar às 17 horas, saindo do local de trabalho à meia-noite. O que a nova CLT faria, no caso, seria "legalizar" uma situação que já existe de fato em muitos lugares.

Pela atual CLT, o trabalho noturno - das 22 às 5 horas - é proibido para as mulheres, exceto nos seguintes casos: para as pessoas que trabalham em telefonia, radiotelefonia ou radiotelegrafia; em serviços de saúde e bem estar; em casas de diversões, hotéis, restaurantes, bares e estabelecimentos afins; em estabelecimentos de ensino; para as que ocupam cargos de direção, de gerência, de assessoramento ou de confiança, desde que não executem trabalho contínuo; na industrialização de produtos perecíveis, no período da safra; ou de matérias-primas suscetíveis de alterações rápidas; nos estabelecimentos bancários em determinadas funções; nos serviços de processamento de dados; em indústrias de manufaturados de couro ou que mantenham contratos de exportação devidamente autorizados; nos casos de força maior.

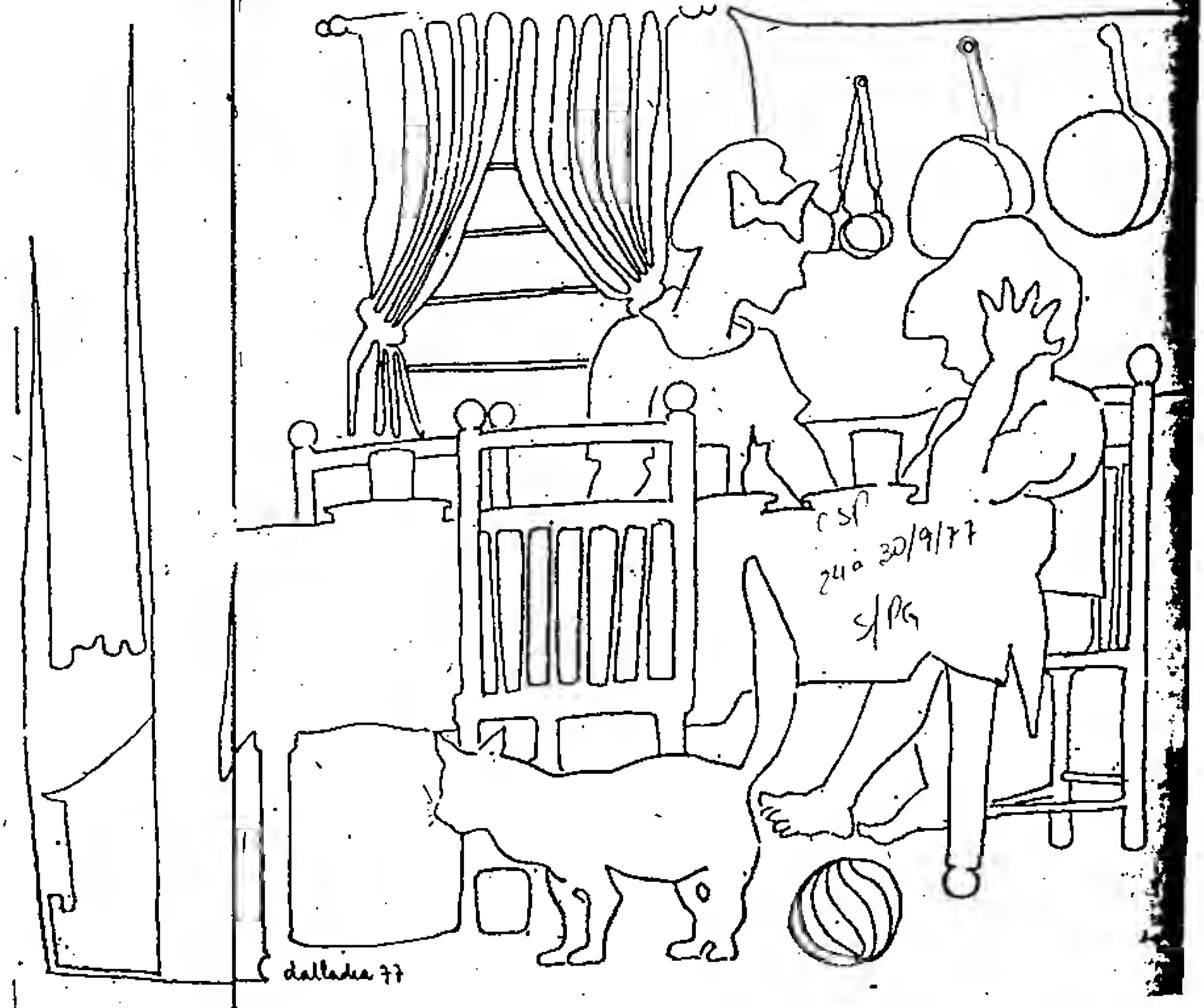
As novas mudanças propostas atendem principalmente a solicitações de empresários, que alegam dificuldades com mão-de-obra.

COMO VAI A FAMÍLIA?

A CNBB — Conferência Nacional dos Bispos — está organizando, para ser realizada de 2 a 9 de outubro, a Semana da Família. Este ano, a semana tem como objetivo discutir a Família e o Mundo do Trabalho, tentando despertar a consciência do valor do trabalho a fim de que todos participem na construção de uma sociedade mais justa e mais humana.

A Semana da Família é um movimento ecumênico: diversos cultos foram contratados para que também desenvolvam temas sugeridos pela CNBB. O tema de abertura da Semana será: todos nós, independente de credo, raça ou posição social, temos o mesmo ambiente de chegada: a Família.

OSP enfileira, nesta edição, com a CNBB: tema principal do jornal, hoje: a Família. Como vai a Família? O trabalho da mulher, fora de casa, traz vantagem ou desvantagens para a Família? Há substituto melhor para a família? Dois atores, nomes importantes no cenário da televisão e do teatro, afirmam que não. E são categóricos: "Desagregação da família trará desorganização total". A "margarida" Maria Jesus, que varre as ruas de São Paulo o dia inteiro, aos domingos, vê as mães e os filhos nos parques que ela varre e sente saudades da sua família, que ficou em casa porque ela precisa trabalhar. E diz pensando nos filhos: "Um dia eu vou passear assim com vocês". E como o tema central da Semana é a família e o trabalho, e como o transporte vai ser também discutido, nós também estamos abordando esses temas. O leitor vai ficar sabendo que, segundo dados do DRT, a expedição de carteiras de trabalhos para mulheres aumentou nos últimos anos, que, segundo uma tese de um professor da Faculdade de Arquitetura da USP, quando a mulher não tem água encanada, não pode trabalhar fora, porque não tem tempo. Vai ficar sabendo também que Edna, faxineira, leva três horas para vir para o trabalho e três e meia para voltar. Isso impede ela e o marido de verem os filhos: estão dormindo quando eles saem, estão dormindo quando eles chegam. Falta de infra-estrutura, por tanto (falta de água encanada e de transporte deficiente, por exemplo) prejudicam muito a família. Num artigo, se fala, ainda, que a mulher que trabalha fora e que adquire maior experiência de vida, maior riqueza interior, pode ser mãe melhor realizada e mais feliz, e isso é bom para os filhos. Pode ser melhor companheira para o marido, também. E isso é bom para a Família.



Desagregação familiar trará desorganização?

REGINA HELENA

**Para Rosamaria Murtinho
e Mauro Mendonça
ninguém inventou
ainda nada melhor que a família.
Para eles, modificações na estrutura
familiar podem ser aceitáveis.
Contestação da família, nunca.
Do Rio de Janeiro,
eles falam ao OSP**

— Ninguém inventou ainda um substituto para a instituição que se chama família dizem, juntos, Rosamaria Murtinho e Mauro Mendonça. Nomes importantes no teatro e na televisão brasileiros, casados há 18 anos, três filhos (João Paulo, 15; Rodrigo, 13 e Maurinho, 12 anos), moram num apartamento no Jardim Botânico, Rio, e estão em vias de mudar para uma casa na Barra, comprada recentemente, porque a família inteira cansou de apartamento.

— Fotos com os meninos? Não — eles dizem. Não fazemos mais reportagens com as crianças. Nós pretendemos preservar nossa vida particular, nossa família é importante demais, para nós, para ser objeto de consumo. Os próprios meninos preferem assim. Eles gostam de ser apenas João Paulo, Rodrigo e Maurinho, e não os filhos de atores famosos. Não gostam, sequer, dos comentários — às vezes até simpáticos, que os amigos faziam ao vê-los numa entrevista, conosco. Então paramos um pouco com entrevistas e fotografias.

Para Mauro Mendonça (que atualmente está na novela "Espelho Mágico, do ca-

nal 5) e à noite no Teatro Serrador, na peça "Fim de Papo" (do argentino Sergio De Cecco), "amigos podem substituir o afeto da família, mas o ideal ainda é a família, os laços de sangue, o equilíbrio gerado por essa trindade pai-mãe-filhos. Não vejo substituto para a família. Ainda é o melhor".

— Desde que o parentesco não seja sufocante, continua Mauro, a família ainda é o ideal para a formação das crianças. Pai e mãe que ficam muito em cima dos filhos, exigindo, sufocando, impondo, não é uma boa. Liberdade excessiva também não. É preciso procurar o equilíbrio, a família não neurotizante. O clima que se produz, que emana de uma família equilibrada não tem, e duvido que encontre, substituição.

Para Rosamaria, trabalhar fora de casa — gravando novelas durante horas e ensaiando ou trabalhando em teatro também durante horas — nunca foi motivo para descurar a família.

— Tivemos a felicidade de encontrar empregadas que se afeiçoaram muito às crianças. E depois, sempre procuramos compensá-las, nas

horas de lazer, pela nossa ausência.

Mauro acrescenta:

— Quando nós dois trabalhamos fora, sempre procuramos dividir as responsabilidades. Almocei e jantei muitas vezes com as crianças quando a Rosa estava trabalhando. Fiz muito supermercado quando ela não podia. E cheguei até a cozinhar, quando Rosinha estava ocupada demais para isso e não havia empregada.

Rosamaria e Mauro acrescentam que nem sempre os dois trabalham ao mesmo tempo e nos mesmos períodos. Às vezes um está gravando novela e o outro não. Por outras vezes, um está ensaiando uma peça e o outro não. Nessas ocasiões, aquele do casal que está menos ocupado cuida das crianças e da casa.

— De qualquer forma, é bom que se diga, acrescenta Rosamaria, que nunca, em tempo algum, as crianças ou a casa foram prejudicados por meu trabalho. E as crianças se adaptaram aos nossos horários infinitamente variáveis.

Para eles, a família ainda é o mais importante — como formação das crianças e como núcleo principal e primeiro da sociedade.

— Nós, que trabalhamos em teatro, costumamos dizer que o teatro é uma família. Dizemos isso por que sofremos os mesmos problemas, enfrentamos a mesma "barra", temos as mesmas dificuldades, lutamos juntos pela legalização da profissão. Dizer que somos uma família é retórica, mas de certa forma expressa a verdade. Família é um grupo que sofre e se alegra junto.

E a família começa com os laços de sangue. Pai, mãe, filhos, que moram juntos, se dão amor, compreensão, se sustentam uns aos outros, se "curtem" uns aos outros, apesar de pequenos desentendimentos.

Mauro Mendonça afirma que o desaparecimento da família seria catastrófico.

— Se isso um dia acontecer, acho que tudo vai virar uma bagunça muito grande. O que eu aceito, e entendo, é que haja modificações na estrutura familiar. Acredito que haja pontos que precisem ser revistos. Mas a contestação da família, coisa muito em moda atualmente, com isso eu não concordo. Há certos princípios básicos que, se desaparecerem, trarão consigo uma desorganização total.

Rosamaria Murtinho está atualmente na novela "Nina" e se prepara para ensaiar um novo espetáculo. Ela concorda com o marido, em tudo:

— Está certo que a gente tenha amigos, que muitas pessoas vivam em comunidade, e está certo que as pessoas vivam até felizes, assim. Mas é básico ter vindo de um lar em que havia mãe e pai. Todas as pessoas equilibradas emocionalmente, psiquicamente, vieram de um lar assim. É preciso, claro, que a família não seja neurotizante, e que pai e mãe sejam equilibrados, para dar amor e formação ao mesmo tempo. Os neuróticos formam neuróticos. Mas estamos falando de famílias equilibradas. Para essas, não vejo substituição à altura. Pelo menos ninguém conseguiu inventar, ainda, nada melhor.

FAMÍLIA

Libertação da mulher traz
vantagens ou desvantagens?

IRMA MARIA STELA S. COELHO

**Mulher que trabalha fora
tem maiores estímulos,
mais satisfações emocionais,
mais chances de encontros humanos
e portanto, maior riqueza interior, o que o ajudará
muito a exercer o seu papel
no processo de
"amorização" do universo.
Para os filhos, há vantagens:
amadurecimento, equilíbrio,
por ter ao seu lado mãe feliz e realizada,
em vez da presença absorvente,
irritada, impaciente.
Para o marido, ela passa a ser
também companheira mais participante.**

A participação da mulher na sociedade situa-se no plano da humanização. Segundo Teilhard de Chardin sente-se a importância da mulher no processo de "amorização" do universo. Se o homem é o acelerador desse processo, a mulher é, quem sabe, aquela que lhe imprime seu verdadeiro sentido.

E nós nos perguntamos: Qual seria essa participação? É aquela que corresponde à sua natureza: como mulher, em nosso mundo de hoje, ela não tem campos definidos, mas não pode perder de vista o aspecto da feminilidade. Se essa participação situa-se no sentido da humanização é a mulher quem dá a nota da harmonia, da sensibilidade, da beleza, e isso é específico de seu papel. Implícita ou explicitamente essa especificidade é reconhecida nos papéis que desempenha, dando um cunho especial aos seus trabalhos profissionais.

Se consideramos esse modo de participação, torna-se claro para nós que buscando seu lu-

gar na sociedade, não é um simples reivindicar de direitos mas uma busca do plano de Deus que criou homens e mulheres em paridade de direitos para que realizem Seu projeto original: serem imagem e semelhança de Deus.

E agora nos perguntamos: a libertação da mulher, a modificação de sua face no contexto social atual, traz vantagens ou desvantagens para a Família?

Tal pergunta poderia ser respondida através de um longo estudo, com apresentação de estatísticas bastante interessantes. Hoje nos limitaremos, somente a alguns aspectos, até muito superficiais.

Tendo maior segurança econômica, a mulher terá mais satisfações emocionais, mais chances de encontros humanos de todos os tipos e, portanto, muito maior riqueza interior, o que a ajudará muito a exercer o seu papel nesse processo de "amorização" do universo.

Um problema grave surge: a

diminuição do tempo disponível junto aos filhos. Esse tempo pode ser recuperado por uma densidade maior de presença durante o tempo disponível. Para os filhos isto traz vantagens: amadurece-os muito mais a presença de uma mãe feliz, madura e realizada, do que a presença contínua de uma mãe absorvente, irritada, impaciente; as crianças, pelo fato de terem de cuidar de si mesmas desde cedo, começam a assumir pequenas responsabilidades, preparando-se muito melhor para a vida. O tempo está começando a nos mostrar que há muitas maneiras de proteger as crianças durante a ausência das mães: escolas maternas, jardins de infância e mesmo para aquelas que não têm recursos econômicos, os Parques infantis da municipalidade, etc.

Aqui poderíamos ainda acrescentar uma outra vantagem, nem sempre ainda aceita em nossa sociedade: o trabalho doméstico feito em equipe: marido e mulher sentem-se responsáveis igualmente pelos filhos. Essa educação bem partilhada, fará com que a união do casal seja maior e dará ao homem mais enraizamento na vida.

Outro ponto que nos parece muito importante é que o trabalho abre para a mulher perspectivas de novas atitudes. A mulher permanece em casa, executando sempre trabalhos repetidos e rotineiros não cresce humanamente, conserva-se fechada, com uma mentalidade conservadora; hoje, mais do que nunca é necessário que nos adaptemos continuamente às novas necessidades que surgem dia a dia. Um espírito aberto, progressista é muito necessário para um melhor contato com o marido e os filhos.

Podemos dizer, ainda, que a mulher que trabalha fora cola-

borando assim com o marido não será mais para ele, apenas objeto erótico e nem a serva pronta a atendê-lo e servi-lo nos momentos que passa no lar. Isso diminuirá muito, principalmente nos países subdesenvolvidos, a incidência dos homens que possuem a "mulher legal" (mãe de seus filhos, "rainha do lar", ou "criada" a servi-lo quando chega do trabalho e que o cansa com seus constantes queixumes sobre os problemas do lar ou a educação dos filhos) e "outrasi legais", companheiras de trabalho e que compartilham de sua vida profissional. Não quero dizer que somente as mulheres que trabalham fora poderão ser companheiras ideais para os maridos... Toda regra tem exceção mas é muito mais fácil para aquelas que se afastam um pouco do lar, conhecendo de perto a realidade da vida e do trabalho, poderem trazer uma riqueza maior de conhecimentos e de experiências.

Acredito, sinceramente, que o problema da emancipação da mulher, da busca de sua verdadeira identidade, do seu lugar na sociedade tem raízes muito profundas e que merecem reflexões sérias, isentas de discriminações ou de juízos baseados na tradição. O importante é que homem e mulher estejam conscientes que têm papéis distintos a exercerem, cada um com os dons que Deus lhes deu. E para que uma Família de fato, seja feliz e conforme o "coração de Deus" o que importa é que o AMOR, de fato, seja vivido em todas as circunstâncias e principalmente na monotonia do dia a dia. Se houver, realmente amor, o casal saberá distribuir competências e responsabilidades de maneira a que homem e mulher tenham paridade de direitos.

FAMÍLIA

A VARREDORA

TAMBÉM TEM

Sônia Barsocchi

A varredora de rua
dá duro o dia todo e,
aos domingos,
quando varre os parques
e vê as mães com as crianças,
fica com saudades da sua família.
E pensa: "Um dia eu vou passear assim com vocês".
(Está falando com os filhos)

Uma mulher de aparência frágil e cansada costuma tricotar toucas de lã em algum dos ônibus superlotados que se dirigem para o bairro do Itaim Paulista. Esta mulher é Maria Jesus Santos Teixeira, varredora de ruas, trinta anos de idade, sete filhos e um marido de 32 anos, que a doença impede de trabalhar. O marido, aposentado por doença, vende as toucas de lã nas feiras do bairro.

O filho menor de Maria tem sete meses, a maior tem 10 anos. É com essa filha que Maria deixa os pequenos, quando sai de casa às 11h30 para varrer as ruas da cidade até as 10 horas da noite. Quando Maria volta para casa, os filhos dormem, e a manhã seguinte significa, para esta "margarida" de trinta anos, apenas a continuação de uma rotina que não conhece folga.

Maria Jesus tem um único desejo: "Ficar em casa, tomar conta dos filhos e não deixar eles sozinhos". Mas a pensão que o marido recebe por invalidez não lhe permite esse "luxo".

Ao sair de casa para o trabalho, Maria Jesus fecha o poço com cuidado, e recomenda aos filhos, "que não saiam a canto nenhum".

O trabalho é intenso, e Maria Jesus não fol-

ga aos domingos. As crianças reclamam, mas a mãe explica que não poderá brincar com os filhos, reproduzindo o diálogo:

"Ah, mãe, a senhora vai trabalhar? Disse que não ia. Ah, filho, eu falo. A mãe precisa trabalhar."

Ao reproduzir o diálogo, os olhos desta mãe que trabalha, tornam-se úmidos.

Maria acha que está doente, porque sente muita dor de cabeça e com frequência, sente vontade de chorar. "E choro", diz ela. Mas apesar do nervosismo e do cansaço, Maria Jesus não bate nos filhos.

"Tenho nervoso mas não bato nos meninos. Eu não dou conforto a eles, não quero judiar deles. Os bichinhos são inocentes, não pediram para vir ao mundo."

Maria Jesus dos Santos Teixeira, quando chega em casa, fica pensando nos filhos. "Compro sapatinhos para três, falta pra três. Deus que me livre, não quero mal a ninguém. Mas uns têm tanto, e outros têm tão pouco..."

Aos domingos, a "margarida" sente o peso de ser mãe e operária, e este peso, ela o diz, "me corta o coração de dó. Quando vou ao Parque da Luz. Tem sol. Vejo as mães e as crianças, e digo: Um dia assim vou passear com vocês."

Mulher trabalha fora porque precisa

MIRIAM I.

Dados da Delegacia Regional do Trabalho:
a expedição de carteiras de trabalho
para mulheres
aumentou nos últimos anos.
Cada vez mais
a mulher precisa trabalhar.
E embora a legislação vigente
indique que toda a empresa
com mais de 30 funcionárias
maiores de 16 anos
deve instalar creches no local de trabalho,
poucos cumprem a lei

Dupla jornada de trabalho: é assim que os especialistas caracterizam a atividade da mulher que tem uma ocupação remunerada e, ao mesmo tempo, a responsabilidade de esposa e mãe. É o que acontece com a maioria das mulheres casadas que trabalham fora.

Cuidar dos filhos é a principal preocupação feminina, na escala das tarefas domésticas. No caso, ao trabalhar fora a mulher deveria contar com instituições onde pudesse deixar as crianças, enquanto se ausenta de casa. Aliás, segundo a legislação trabalhista vigente, todas as empresas que tenham em seu quadro de pessoal mais de 30 funcionárias maiores de 16 anos devem instalar creches. Na realidade, a maioria das empresas não cumpre esta obrigação legal.

Por outro lado, a Prefeitura mantém, quer de forma direta ou indireta, 87 creches em São Paulo, com capacidade para atender a pouco mais de 7 mil crianças (de até 6 anos). No entanto, as estimativas referentes à demanda potencial, em famílias cuja renda mínima não exceda a 4 salários mínimos, apontam a necessidade de 600 mil vagas.

Assim, a mulher casada que trabalha fora realmente exerce duas atividades distintas, que lhe tomam todo o tempo.

O trabalho externo ao lar muitas vezes não é fruto de uma escolha. Ao contrário, em geral resulta da necessidade de aumentar a renda familiar. Segundo o DIEESE, no período de 1958 a 1969 o número de elementos ativos por família dobrou, conclusão que indica a tendência da mulher de integrar-se no mercado de trabalho, de maneira a contribuir efetivamente na receita familiar.

Num levantamento realizado junto à Delegacia Regional do Trabalho, o DIEESE concluiu que nos últimos três

anos houve uma diminuição do de carteiras profissionais expedidas para homens, aumentando, por outro lado, o número de mulheres que conseguiram obter o documento.

Porém, há nítidas diferenças, se comparado o trabalho feminino ao masculino. Em 1970, o José Pastore, do Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, realizou uma pesquisa nas indústrias do Estado de São Paulo e concluiu que 12% dos profissionais eram mulheres, porém recebiam 57% menos do que a remuneração dos homens que exerciam o mesmo tipo de atividade.

Quando a água vem do poço mulher não tem tempo livre

Giorgia Marcucci

**Tirar água do poço toma tempo.
Mulher que não tem água encanada
não consegue trabalhar
para ajudar a aumentar a renda familiar.
Isto foi demonstrado em uma tese
de um professor da
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.
Por onde se vê que a falta de
infra-estrutura nas cidades prejudica a família**

Sem sair de casa, sem deixar os filhos, mesmo a mulher que não teve oportunidade de se aperfeiçoar tecnicamente pode contribuir para o aumento da renda familiar, executando uma série de tarefas domésticas: costura, bordados, artesanato, doces etc.

Contudo, conforme uma tese elaborada pelo arquiteto Nestor Goulart Reis Filho, professor da FAU — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e vice-presidente técnico da EMURB — Empresa Municipal de Urbanização, há um fenômeno relevante: a mulher não pode trabalhar, não pode desenvolver qualquer tipo de atividade econômica remunerada, aumentando o rendimento monetário do grupo familiar, se esse grupo habita num lugar onde é preciso tirar água do poço.

Segundo Goulart Reis, se o grupo habita num lugar onde há água encanada, a diferença, em termos de uso do tempo, das condições de higiene, de vida familiar se alteram rapidamente. Ele diz que a prática demonstra ser nesse preciso momento que as mulheres podem começar a trabalhar, prestando serviços para aumentar o rendimento familiar. Até mesmo pura e simplesmente lavando roupa para fora.

Goulart Reis é de opinião que será a supressão do trabalho puramente oneroso de tirar água do poço que decidirá, em geral, sobre a economia da vida familiar.

No seu trabalho Goulart Reis lembra que é a mulher a trazer a água para dentro de casa, quando não há ligação da rede. O fato significa sempre: baixo nível de higiene, resistência a qualquer fórmula de melhoria

de condições do grupo familiar, exaustão de energia, falta de tempo e dificuldades operacionais para todas as outras atividades da vida familiar, de sorte que não sobram nem condições, nem ânimo para serem despendidos no aumento do rendimento familiar das classes de menor poder aquisitivo.

Evidentemente fala-se das populações periféricas, que representam a grande maioria dos habitantes de São Paulo, e entre os quais a percentagem daqueles que recebem, para sua subsistência e da família, apenas um salário mínimo chega a atingir os 35%. Quando a mulher consegue melhorar o rendimento, esse grupo já entra pelo menos na faixa dos dois salários, e fica muito próximo do limite onde se começa a comprar um terreninho para construir, que é o de três salários mínimos.

Basicamente dirigidas para o problema habitacional brasileiro, as considerações de Nestor Goulart Reis Filho envolvem argumentações diretamente voltadas para soluções visando o aumento da renda familiar. Por exemplo: na medida em que se interfere na capacidade de compra e de investimento dos grupos familiares, altera-se sua posição em relação à estrutura econômica.

O trabalho doméstico da mulher voltado para o aumento de rendimento familiar pode contribuir para um aumento significativo da produtividade, da mão-de-obra do País, sem investimentos especiais ou aumento correspondente nos preços dos produtos de consumo. Claro que este é apenas um dos muitos exemplos.

FAMÍLIA

No ônibus: “dependurada que nem na cruz”

TARCISIO DE SOUZA

**Edna leva três horas para vir para o trabalho,
e quase quatro para voltar.**

**Sai, os filhos estão dormindo,
chega, os filhos estão dormindo.**

Cadê a convivência?

**O transporte deficiente, moroso, vergonhoso,
é um flagelo:**

**a família sai prejudicada
no seu convívio.**

**Ephigênia chega em casa
depois das 8 horas da noite.**

A noite é pequena para ela

Edna mora em Guaianases, para ser preciso, cinco pontos depois. Todos os dias ela sai de casa às 5:20 horas para tomar as duas conduções que a levam até o trabalho e, como sempre, não chega a ver os três filhos e o sobrinho de quem cuida, acordados.

O primeiro ônibus, que vai de sua casa ao Parque Dom Pedro, demora normalmente 1 hora e dez minutos, e está sempre lotado. Do Parque Dom Pedro até o local de trabalho ela vai em outro ônibus que gasta cerca de meia hora e, quase sempre consegue chegar às 7:10 hs. no serviço.

Voltar para casa já é mais complicado para Edna, e mais demorado também: larga do serviço às 16:30 e toma uma condução até a praça João Men-

des, gastando cerca de meia hora no percurso. Da João Mendes até o Parque Dom Pedro à pé, mais vinte minutos. No Parque Dom Pedro a espera na fila, uma tão grande quanto a outra e então, o ônibus, cuja tarifa custa Cr\$ 4,50 e demora cerca de 1 hora e meia. Para esse ônibus existe uma outra opção: passagem Cr\$ 2,10, tempo de percurso de 1:45 hs. e mais 20 minutos à pé.

Finalmente, lá pelas oito horas da noite, Edna chega de volta à sua casa e, da mesma maneira que acontece de manhã, ela não consegue ver as crianças — que passaram o dia sob os cuidados de uma menina de 9 anos — restando o consolo de poder estar com elas no fim de semana.

**Dependurada que nem
na cruz**

Ephigênia, cujo nome se escreve assim mesmo “na ortografia antiga” prefere ser chamada pelo apelido: Fifi.

Diariamente Fifi sai de casa às 5:30 horas para se dirigir ao trabalho onde, teoricamente deveria chegar às 8 horas mas, “meu cartão de ponto anda sempre estourado, volta e meia chego 8:10, 8:15”.

As duas conduções que pega — de Osasco a Lapa e da Lapa a Higienópolis — demoram mais ou menos o mesmo tempo, uma por causa da distância e outra pelo trânsito. De Osasco até a Lapa “quando a gente vem com um motorista louquinho” a demora é de 40 minutos mas, “quando a gente vem com um roda-presa ou nó-cego, é mais de uma hora”.

Fifi é solteira, mora com a mãe, quatro irmãs e duas primas e todos os dias são iguais: apesar de tomarem a mesma condução para ir até a cidade, dificilmente elas vão juntas e na volta também “a gente vai chegando no ponto e vai pegando o primeiro ônibus que aparecer”.

Além do preço da passagem Fifi tem uma despesa extra de vez em quando: “às vezes a gente está atrasada

e, por dever de co- para chegar no ho- cisa pegar um táxi o tutú da gente”.

A volta de Fifi ma coisa: sai do 17:15, 17:30 p- em casa às 20, 20-

— Fico mais de- tos esperando- vazio nas filas- cas, o estômago- pés cansados. Che- sa não dá nem ta- vontade para fa- olha que o pro- condução não é- não, por causa- muitos carros. Há- atrás já era igua-

Fifi e Edna quando falam que- lho não é nada, não cansa muito, ta são essas filhas, po que a gente- tro do ônibus che- mida, dependura- nem na cruz”.

A gente chega- cansada, com os- lados, diz Fifi. E-

— Nos ônibus- até as mulheres- rando, pisando- gente. Se fosse- mens, a gente- que compreendia- mem é bruto me- também, coitados- precisa ver que- estão cansados, chegar em casa.

FAMÍLIA

Quem resolve o problema das babás

GIORGIA MARCUCCI

**O problema de Claudinéia,
empregada da cantora Angela Maria,
está resolvido:**

o bebê vai para a casa da cantora.

E o das outras?

**As babás resolvem os problemas
das mulheres que trabalham fora.**

E quem resolveu o problema das mães-babás??

Cenário: uma fila de visitantes aguardando a hora de entrada no hospital; 19h30; segunda-feira; garoa fina; ruído das buzinas no finalzinho do rush da Brigadeiro Luiz Antonio. A situação comum a todos que aguardam na fila torna-os "amigos". E conversam:

— Quem a senhora veio visitar?

— Minha irmã. E a senhora?

— Meu filho de dois meses, que foi internado aqui quase morto. Quase morto de fome.

— Qual foi o problema?

A moça aparentando não

mais de 20 anos, explica que trabalha como empregada doméstica. Fica fora de casa o dia todo e por isso contratou, por Cr\$ 1 mil, uma "senhora" para tomar conta do seu filho:

— Quando ele nasceu minha patroa, que é muito boa, me deu caixas fechadas com tudo o que o nenê iria precisar. Entreguei todo esse alimento para a mulher que cuidava dele, mas os alimentos foram desaparecendo e a criança definhando. Trouxe ao médico deste hospital, onde meu nenê nasceu, e ele me disse que a criança estava completa-

mente desnutrida, com risco de vida.

— E agora, o que a senhora vai fazer?

— Graças a Deus meu problema está resolvido. Minha patroa soube do ocorrido — ela é muito boa, é a Angela Maria, conhece, não? A cantora. E resolveu que, quando meu nenê sair do hospital, eu devo levá-lo para a casa dela, e cuidar dele eu mesma, assim como ajudo a cuidar dos seus filhos.

Mas pelo que Claudinéia — assim é seu nome — contou, seu caso não é isolado. Muitas empregadas domésticas, especialmente as mães solteiras, as separadas dos maridos com famílias em outros Estados, enfrentam esse mesmo problema. Crianças desnutridas e com desidratação, devido a falta de cuidados, é uma situação muito comum entre essas mães que zelam pelos filhos alheios, privando os seus de cuidados.

A atual diretoria da Associação das Empregadas Domésticas tem um plano visando a resolução do problema, mas é uma tarefa que enfrenta muitas dificuldades, inclusive a falta de recursos para fortalecer, visto que se é muito dispersos os horários de trabalho, muito comprometida a possibilidade de reunir as mães e, portanto, difícil conseguir ver a realização de qualquer reunião maior vulto. É uma realidade pobre, que mal tenta, e que não pode pagar o bolso dos seus membros.

As babás resolvem os problemas das mães solteiras, técnicas financeiras. Quem resolve o problema das mães babás? Talvez um paliativo — a medida é válida, necessária — até as mães solteiras, técnicas, financeiras etc. pudessem ajudar a resolver o problema das babás. Como fez a cantora.

Este é o programa da semana

A Semana da Família vai levantar a problemática da Família e o trabalho. Para tornar mais clara as consequências do trabalho quando mal orientado, ou mal compreendido — apresentamos exemplos tirados do cotidiano.

a — numa família de cinco filhos, o marido ganha Cr\$

1.150,00 por mês (março de 77). A mãe é obrigada a trabalhar fora e deixa as crianças trancadas em casa, com medo que ocorra algum desastre.

b — Um pai de quatro filhos ganha pouco e a esposa também trabalha. Os dois trabalham de turma, coincidindo às vezes trabalhar no mesmo horário. Uma tarde uma das filhas menores atravessou a avenida na ausência dos pais. Um caminhão que passava atropelou a menina que morreu logo em seguida.

c — Nas famílias onde o pai ganha pouco, as crianças começam a trabalhar com 13 ou 14 anos, levantam-se de madrugada ou voltam para casa altas horas da noite, impedindo que estas crianças estudem para que no futuro possam manter a própria família com dignidade.

d — Muitos pais de família procuram multiplicar as horas extras para sustentar a família e quase não param em casa impossibilitando o relacionamento familiar.

e — Trabalhadores rurais na entressafra, largam as famílias e vão trabalhar na cidade grande.

A Semana da Família convida os leitores a refletir sobre:

1. Quantos casais ao seu redor

precisam trabalhar enfrentando toda sorte de dificuldades que esta situação acarreta? Como resolver estes problemas? Como ficam os valores da vida em família nestas situações?

2. Quais as consequências dessa situação sobre a vida da família?

3. O que fazer para melhorar esta situação?

4. A respeito desta situação, como opinam os grandes pensadores e os fundadores de religiões como: Moisés, Buda, Jesus Cristo, Maomé, Allan Kardec e outros.

TEMA II — FAMÍLIA, HORÁRIO E TRANSPORTE DO TRABALHADOR

"É direito e até necessidade do homem interromper o trabalho duro de cada dia, para aliviar o corpo cansado, distrair honestamente os sentidos e estreitar a união da Família. (João XXIII — Mãe e Mestre — 1961).

"Todo homem tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e a Férias remuneradas periódicas" (Artigo XXIV da Declaração dos Direitos Humanos).

Refleta sobre o nosso cotidiano, analisando os fatos. A grande massa dos trabalhadores depende do transporte coletivo para chegar ao seu trabalho e é em função deste transporte

que a família organiza o seu horário.

A realidade mostra que tanto na zona rural como na urbana os trabalhadores encaminham-se para os meios de transporte desde as quatro ou cinco horas da manhã a fim de chegarem às sete horas no local de trabalho. Geralmente se locomovem de ônibus, trens ou caminhões superlotados, sempre na insegurança de chegarem ou não, na hora programada.

A DIFICULDADE DA PARTICIPAÇÃO

Há trabalhadores que passam três horas por dia na condução. Com as horas-extras passam quatorze horas fora de casa. Não vêem os filhos pois ao retornarem ao seu lar só querem saber de comer alguma coisa e dormir. As esposas, para ajudar no orçamento familiar, são obrigadas a deixar seus filhos entregues a si mesmos ou aos cuidados de terceiros.

Vivendo esta realidade não há condições de participarem de nenhum grupo comunitário, muito menos de estudar para melhorar sua situação.

Refletindo sobre o tema: FAMÍLIA, HORÁRIO e TRANSPORTE DO TRABALHADOR, encaminhamos os seguintes questionamentos:

1. Quais os motivos que obrigam o trabalhador a traba-

lhar além da quantidade de horas estabelecidas pelas leis trabalhistas brasileiras?

2. Quais as consequências que traz para a família a longa ausência dos familiares trabalhadores em decorrência das horas gastas em transporte e no trabalho: no relacionamento entre marido e mulher; entre pais e filhos; entre irmãos; entre outras famílias do Bairro?

3. Que relação tem isso com a prática de esportes, participação na comunidade, no sindicato, etc?

COMO MELHORAR ESTA SITUAÇÃO

1. Que sugestões você apresenta para levar a sua comunidade a pensar e agir sobre o problema do transporte coletivo.

2. O leitor conhece alguma experiência ou iniciativa neste sentido de melhorar o transporte coletivo?

3. O que se poderia fazer para remediar os problemas das horas extras, considerando a sua influência na vida familiar.

TEMA III — A FAMÍLIA E O VALOR DO TRABALHO

"Não é lícito aumentar a riqueza dos ricos e o poder dos fortes confirmando a miséria dos pobres e tornando maior a escravidão dos oprimidos" (Paulo VI — Progresso do

n.º 33).

A partir da citação de Paulo VI, o leitor está convidado a meditar sobre estes fatos, comparando-os.

"O gerente de uma empresa ganha Cr\$ 250.000,00 e mais participação nos lucros. O empregado desta empresa trabalha das 7 da manhã às 21h30, recebendo Cr\$ 2.500,00 por mês.

1. Qual a repercussão dos fatos sobre a vida do gerente e do trabalhador?

2. O valor do trabalho mede pelo salário? Por quê?

3. Na sua opinião, para que deve servir o trabalho?

a como diz o ditado: "o trabalho é meio de morte."

b para produzir bens costumam ser tão tribuídos

c para servir ao homem?

d para ajudar as pessoas a se realizarem como humanos e inte-

e é justo que eu leve centenas de famílias a morarem pobremente ou na favela?

f se todo trabalho digno é um ato de caridade do mundo, o que leva os homens a não terem este valor.



Mais de 30 empregadas, uma creche. Apesar da lei, a proporção não é obedecida. O incentivo legal a firmas particulares que se dispõem a montar creches — verbas de manutenção e descontos nos impostos — constitui ainda a única medida que traz resultados.

CRECHES:

UMA LEI SEM CONSEQUÊNCIAS

REGINA COLÔNIA

A lei é taxativa: "Os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos 30 mulheres, com mais de 16 anos de idade, terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período de amamentação." Mas em todo o Brasil não há mais de 200 creches. E apenas no Rio, São Paulo e algumas em Belo Horizonte.

— Sobretudo em Brasília, onde o número de mães solteiras é enorme, em relação ao de outras grandes cidades, necessitamos de creches — diz o Deputado Elias Carmo,

autor de um projeto de lei sobre a matéria. Mas é da maior importância ter muitas creches em cada cidade, pois cada vez mais a mulher vai assumindo preeminência na vida pública e, em virtude de seus novos encargos, tem de ausentar-se dos filhos.

Escassez

Na prática, entretanto, a legislação é escassa: uma portaria de 15 de janeiro de 1969, e decreto constituindo um grupo de trabalho para estudar a construção e a instalação de creches nos distritos ou cidades industriais, ainda no Governo Jânio.

Quadros. Projetos de lei há nove. O mais antigo data de 63 e os dois mais recentes, do Deputado Chagas Freitas, são de 66. Nesta legislatura, nada foi realizado no setor.

A verba também é escassa. Provém do Orçamento da União através dos Ministérios da Justiça e da Educação, tanto para as creches quanto para orfanatos e asilos. Nota-se, entretanto, uma tendência para a criação de creches particulares filiadas a congregações religiosas ou surgidas de iniciativas específicas. O Ministério da Educação, por exemplo, já dispõe de uma para atender aos filhos das funcionárias e a Universidade de Brasília iniciou um movimento para criar também uma creche que atendesse alunas e professoras. O projeto do MDB, entretanto, não foi avante. Alegou-se que a Universidade, ainda inacabada, não podia dispor da verba extra necessária a um serviço como aquele.

Pragmatismo do sonho

A portaria n.º 1, de 15 de janeiro de 1969, que expede normas para instalação de creches em locais de trabalho onde haja mais de 30 empregadas, especifica:

O local a que se refere o presente obedecerá aos seguintes requisitos:

a) Berçário com área mínima de 3mx2m por criança, devendo haver entre os berços e entre estes e as paredes a distância mínima de 0,50m (cinquenta centímetros).

b) Saleta de amamentação provida de cadeiras ou bancos-encosto para que as mulheres possam amamentar seus filhos em adequadas condições de higiene e conforto.

c) Cozinha dietética para o preparo de mamadeiras ou suplementos dietéticos para a criança ou para as mães;

d) O piso e as paredes deverão ser revestidos de material impermeável e lavável.

Delegar deveres

Em certos casos, essas exigências a firmas que empreguem mais de 30 mulheres poderão ser supridas por meio de creches distritais mantidas, diretamente ou mediante convênio com outras entidades públicas ou privadas, pelas próprias empresas, em regime comunitário, ou a cargo do SESI, SESC, LBA ou entidades sindicais, obedecidas algumas condições.

Essa creche distrital, segundo determina a portaria, deverá estar situada, de preferência, nas proximidades da residência das empregadas ou dos estabelecimentos ou em vilas operárias.

A verificação do cumprimento dessa portaria compete aos agentes de Inspeção do Trabalho e as dúvidas que possam surgir devem ser levadas ao Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho.

CRECHE NO BRASIL

| 'UMA LEI QUE NÃO PEGOU'

Danusia Barbara

J. Brasil 9/10/77
p 9

CRECHE? A palavra existe no dicionário, a Lei Trabalhista manda que toda empresa com mais de 29 funcionárias "em idade fértil" mantenha uma. O Ministério da Saúde edita um manual de como fazê-lo. Se é assim, por que a maioria dos pais não tem onde botar os filhos enquanto trabalham?

— E', a Lei não pegou.

A funcionária do Ministério do Trabalho, no Rio, fica embarcada — nem sua repartição cumpre a CLT:

— Que autoridade temos de mandar um fiscal multar as indústrias quando nem nós cumprimos a Lei? Depois, os fiscais são ucos e a multa é mínima. Sai mais barato para a empresa pagá-la que instalar uma creche.

A verdade é que grande parte das empresas cumpre formalmente a Lei: ela permite ao empregador, ao invés de manter creches em sua empresa, fazer convênio com o Sesc, com o Sesi, com a LBA ou com qualquer entidade especializada. No Rio, o Sesi não tem creches, a LBA faz convênios e o Sesc tem uma, diminuta, em Niterói. Um bom exemplo de como se cumpre a Lei é o caso de uma creche particular, a Assistência Técnica Global, que tem convênio com 70 empresas. Seus leitos, seu quadro técnico especializado, suas instalações, estão sempre às moscas. Em oito anos de funcionamento, só atenderam a duas crianças. A explicação é simples: a maioria das empresas se localizam no Centro da cidade, as mães moram em lugares distantes, a creche fica na Rua Barão do Bom Retiro, local considerado pelas possíveis usuárias como contra-mão. Para utilizar a creche, é preciso sair cedíssimo de casa, atravessar a cidade, deixar a criança, voltar para o trabalho, e, depois, ir novamente à creche buscar o filho para, então, poder pensar em ir para casa.

Diante da falta de creches distritais, cada classe social resolve o problema como pode. Maria da Penha, "biscateira e limpadora de banheiros", tranca os filhos em casa, esconde as facas e vai procurar emprego, rezando para que não aconteça o que aconteceu com o filho da vizinha, também trancado em casa: bebeu água sanitária.

A solução da babá — já para os mais abastados — nem sempre é satisfatória:

— Por uns tempos, tive uma babá que era mágica. Chegávamos em casa e o bebê estava sempre dormindo. Um dia descobrimos que ela "ninava" nosso filho com um lenço embebido no gás da cozinha.

Outro caso que não deve ser único no gênero é o da criança tratada a barbitúricos pela babá, e que resultou numa lesão cerebral: com menos de cinco meses, a dose quase foi fatal.

Deixar com familiares, mãe, avó, sogra, tios, também não é sinônimo de tranquilidade. Alice, bibliotecária, deixa seus dois filhos com sua mãe, mas não segue para o trabalho descansada:

— Morro de medo. Mamãe está esclerosada, mora num apartamento alto, dorme às vezes de um instante para o outro. E se as crianças se debruçarem na janela? Ou comerem algo errado?

Mesmo os que têm sorte de deixar seus filhos com pessoas responsáveis e capazes, confessam o terrível que é sair para ou chegar do trabalho:

— E' aquela cena. As crianças odeiam meu emprego, vivem dizendo que a firma pegou fogo, que eu não preciso ir mais trabalhar. Quando volto, nem esperam eu tirar a bolsa do braço, vão-se chegando agressivos, irritados, ansiosos.

Creche não significa apenas um local onde os pais possam deixar seus filhos enquanto trabalham, não se trata de um depósito. Patrícia Burness, educadora norte-americana e diretora de uma creche em Washington, ao visitar uma série de creches no Rio, São Paulo, Brasília, Salvador, Recife, tanto públicas como particulares, declarou-se "chocada" com o que viu.

— E' impressionante. Noções básicas do que seja educar são solenemente ignoradas. As crianças parecem ceifadas em suas iniciativas, parecem uns robôzinhos treinados a obedecer comandos. Além disso, os responsáveis pelas creches parecem confundir disciplina com saber lidar com as emoções de uma criança. Reconheço que os problemas da realidade brasileira são grandes (chega a ser engraçado para uma norte-americana, o grau de importância que dão aqui à nutricionista da creche) e os funcionários, de maneira geral, são carinhosos. No entanto, mesmo nas creches particulares mais caras, com raríssimas exceções, não vi uma orientação pedagógica voltada de fato ao desenvolvimento pleno da criança. Fala-se muito em teorias sofisticadas aqui, mas na hora de dar um papel para a criança rabiscar, ele já vem com desenhos pré-pontilhados, deixando a carga da criança a tarefa de preenchê-los. Justificam tal atitude dizendo que a criança precisa aprender a reconhecer limites. Ora, os limites do papel em si já não bastam?

No Brasil, o lugar mais importante de uma creche é a dispensa. E' sempre o local que os diretores e coordenadores mostram aos visitantes, em primeiro lugar e com orgulho:

— Veja, há comida.

Comida, problema que afeta bastante o já precário relacionamento creche/lar. A Secretaria do Bem-Estar Social de São Paulo chega a ter um programa especial destinado a contornar a comoção que é a criança não querer voltar

para sua casa, à noite, onde certamente terá condições de vida piores que as da creche pública:

— Damos café da manhã, lanche, almoço e jantar para as crianças, porque em casa elas não comem nada. As segundas-feiras (as creches não funcionam nos fins de semana), a criança aparece invariavelmente faminta e com diarréia, entupida que foi de farinha e água. Mas o pior é ver as mães divididas, vendo seus filhos preferir ficar nas creches a voltar com elas para casa.

No Rio, num programa de assistência ao pré-natal, é comum a grávida deixar de tomar seu leite (destinado principalmente ao nascituro, para que não venha ao mundo com tantas deficiências nutricionais) para "levar para casa". Elas explicam o gesto quase sempre com as mesmas palavras:

— E' pra dar pros filhos que estão fora (da barriga), pedindo comida. O que não nasceu pode esperar.

Noventa por cento do cérebro humano se forma na faixa dos zero aos seis anos de idade. No Brasil, país jovem e de jovens, só 3% da população infantil é atendida em suas necessidades de nutrição, educação, desenvolvimento social. O restante fica à margem, apesar da Declaração dos Direitos da Criança, que afirma à criança o direito de "desfrutar de alimentação, moradia, recreio e serviços médicos adequados" (princípio 9º).

Muito embora siglas, entidades e programas se acumulem (Inam, Planede, Proape, Serviço de Assistência ao Menor, Fundação Serviço Social, Lares Substitutos, Associação para Combate à Mortalidade Infantil, Assistência ao Pré-escolar), uma característica do setor é a falta de continuidade e integração entre os órgãos promotores:

— Sabe como é — diz um funcionário do Inam — cada Governo tem suas prioridades. Um pode começar um programa, mas nem sempre o seguinte prosseguirá.

Se na França há uma instituição financiada pelo Governo que fornece "mães de emergência" prontas a entrar em ação no próprio lar da criança; se na Finlândia a preocupação dos que lidam com o problema gira em torno da questão "será a criança realmente amada por seus pais da maneira mais adequada?"; no Brasil, diante da prática — "a Lei não pegou" — o Ministério do Trabalho já se propôs a rever a legislação trabalhista. Entre os pontos considerados um desestímulo ao empregador, está a exigência da manutenção das creches.

Resta a pergunta — como pode um país pensar em desenvolver-se plenamente se a maior parte da população não tem condições de dedicar-se ao seu trabalho, se seus filhos não podem atingir os mínimos requisitos de educação, socialização, raciocínio? Aliás, interessa ao Brasil ter gente pensando?

Mais (e melhores) creches municipais

A Prefeitura não abrigará 12 mil crianças,
como pretendia, mas atenderá pelo menos oito mil.

Em vez de bonecas, autoramas, bolas ou qualquer outro brinquedo, as crianças da periferia ganharam um presente mais prático e mais útil da Prefeitura: a coordenadoria do Bem-Estar Social assinou convênios ampliando o número de creches e de entidades que se dedicam à iniciação profissional do menor.

A meta da Prefeitura, para 1977, seria abrigar 12 mil crianças de até seis anos em suas creches, o que não será possível depois dos convênios assinados hoje, o número agendado não ultrapassa os oito mil. Mas apesar da distância entre o desejável e o real, a coordenadoria do Bem-Estar Social tem alguns planos já em andamento.

Num levantamento feito há pouco tempo pelas administrações regionais para determinar as áreas sócio-econômicas carentes de assistência ao menor, verificamos que existe uma demanda em potencial de 600 mil crianças de zero e seis anos, cujos pais ganham até quatro salários mínimos. Evidentemente não temos condições de atender a isso, mas conseguimos um financiamento de Cr\$ 110 milhões através do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social, da Caixa Econômica Federal, para a construção de 20 minicreches (com capacidade para 60 crianças cada uma), 6 creches grandes e reforma em mais 10. Isso significa que abrigaremos mais 4 mil crianças, o equivalente a 50% da clientela atual — esclarece Luís Felipe Soares Batista, coordenador do Bem-Estar Social.

Para atender satisfatoriamente a demanda, bastaria que a lei que obriga as empresas com mais de trinta mulheres em seus quadros a manterem creches fosse cumprida. Entretanto, como essa lei até hoje não foi regulamentada, não há como aplicá-la. Numa tentativa de atender o maior número possível de crianças, a coordenadoria do Bem-Estar Social mantém 89 creches através de convênios e quatro sob sua inteira responsabilidade.

São quatro os tipos de creches mantidos pela Prefeitura: no primeiro grupo estão as construídas, equipadas e operadas pelo município, todas na periferia — São Miguel, Campo Limpo, Penha e Vila Maria — atendendo a 600 crianças. No segundo grupo há 17 creches construídas e equipadas pela Prefeitura, mas operadas por entidades assistenciais parti-

culares. Com essas creches o governo mantém convênios na base do pagamento mensal de 50% da unidade fiscal do município por criança, ou seja, Cr\$ 680,00 per capita — o pagamento é controlado através da ficha de presença das crianças. Nesse segundo grupo estão catalogadas 2.251 crianças.

No terceiro grupo há 55 creches, todas particulares, onde a Prefeitura contribui com o pagamento da diária per capita, através de convênios e assistência técnica — as entidades particulares abrigam 4.060 crianças. No último grupo estão 13 creches mantidas por entidades particulares de maior capacidade econômica, em que a Prefeitura participa apenas com assistência técnica.

A assistência técnica que a prefeitura presta a todas as creches da Grande São Paulo inclui uma equipe especializada composta de nove assistentes sociais, quatro nutricionistas, quatro enfermeiras, uma psicóloga, três educadores musicais, dez pedagogos e quatro orientadoras sociais. Essa equipe supervisiona, controla, fiscaliza e treina outras equipes para as 89 creches, inclusive programando o dia de cada criança, que entra às 6h30 da manhã e sai às 19h. As crianças menores, que ainda são amamentadas, vão embora já alimentadas e algumas levam mamadeira para casa.

Ainda dentro do plano municipal de assistência ao menor há o OSEN — programa de Orientação Sócio-Educativa do Menor — principalmente para prevenir e evitar a sua marginalização. Ontem, foram assinados sete convênios nesse setor que se dedica à iniciação profissional da criança entre sete e 14 anos: elas aprendem rudimentos de mecânica, eletricidade, artesanato e etc, no horário pós-escola, além de atividades culturais e acompanhamento escolar.

Atualmente o OSEN atende a 2.150 menores de Itaquera, Penha, Pirituba e Perus.

Mas a Coordenadoria do Bem-Estar Social não quer que as crianças das creches e orientação sócio-educativa se sintam muito diferentes das outras. Por isso, durante toda a semana a criança programou passeios especiais aos Zoológico, ao Jardim Botânico e a outros pontos turísticos da cidade.

AS SITUAÇÕES NOVAS DO MUNDO EXIGEM AJUDA NOVA À FAMÍLIA

Este é o ante-projeto do documento sobre a Pastoral Familiar

que está sendo preparado pela CNBB.

1. Constata-se a existência de vários estudos e pronunciamentos dos Bispos sobre a família no Brasil: Estudos sobre as famílias incompletas, pesquisas sobre a situação real da família brasileira — tanto do ponto de vista antropológico, como histórico e social; — em particular o documento do Episcopado "Em favor da Família".

O presente anteprojeto de um documento sobre a "Pastoral Familiar e a celebração cristã do matrimônio", embora venha a coincidir com a lei divorcista, não foi motivado por este fato episódico. Com efeito, desde 1968 o tema vem sendo estudado sob vários ângulos (Cf. Encontro sobre o Matrimônio, realizado em Belo Horizonte em 1968, sob a coordenação da linha 4 — setor Liturgia — da CNBB).

O Plano Bienal da CNBB para os anos de 1976/77 já incluía um projeto especial (proj. 2.5) sobre a temática, mesmo antes da lei do divórcio.

Tudo isso vem a significar bem claramente o interesse dos Pastores diante de uma necessidade do povo de Deus: conjugar esforços e ter orientações comuns quanto à ajuda concreta que a Igreja pode e deve dar às famílias no contexto em que vivemos. Foi para essa finalidade que se elaborou um ante-projeto a ser submetido oportunamente às várias instâncias interessadas, para que opinem, proponham suas contribuições vivenciais, até chegar à Assembléia dos Bispos para as emendas finais e aprovação de um texto de orientações fundamentais quanto à matéria.

2. Os passos dados até o momento em relação ao ante-projeto do documento

2.1 — A preparação do encontro de peritos consistiu na coleta de toda documentação disponível, tanto em âmbito nacional, como em outros países, sobre a matéria.

2.2 — Convide a pessoas que pudessem trazer uma real contribuição para o primeiro esboço de um ante-projeto. Foram convidados pessoas casadas que, além da vivência matrimonial, traziam uma competência profissional: advogados da vara familiar, psicólogas, militantes nos vários meios diretamente ligados à família — movimentos, cursos de noivos, orientação educacional, pesquisadora social que no momento prepara um "mestrado" cujo tema é a influência dos MCS — principalmente a nove-

doutrina e pastoral eclesial: juristas, teólogos, liturgistas, pastores que se ocupam mais especificamente com a pastoral familiar, e pároco.

2.3 — Em três dias de intenso estudo sobre o assunto, chegou-se a elencar os pontos essenciais a serem abordados e os respectivos conteúdos indispensáveis para que o documento tivesse oportunamente uma dimensão de ajuda global à família dentro de nossa realidade de Brasil e de Igreja.

2.4 — Os capítulos fundamentais de que constará o documento estão assim definidos até o presente momento:

Cap. 1 — A família na atual sociedade brasileira e a Igreja

Uma descrição genérica e globalizante dos vários fatores e processos que influenciam diretamente a Família no Brasil. Competirá, posteriormente, a cada Região ou Diocese, fazer um levantamento mais detalhado da situação concreta em que vivem as famílias dentro daquele determinado contexto. Além de uma visão histórica dos fatores que influenciaram a vida familiar, procurou-se analisar também os fenômenos provenientes de mudanças sociológicas qualitativas dos valores familiares.

Dentro deste mesmo capítulo procura-se mostrar a outra realidade que é a mensagem de Cristo, e consequentemente da Igreja seguidora do Cristo, abrindo perspectivas para um ideal de família. Reconhecendo e valorizando a realidade humana da vida matrimonial, a Igreja propõe um ideal que encerra novas dimensões para o cristão que constituiu um lar.

Cap. 2 — Pastoral da Preparação ao Matrimônio

Seria utópico pensar que se chegará a uma verdadeira vida familiar feliz e realizadora de pessoas, se apenas se pensasse nas famílias já constituídas. Há toda uma preparação à vida matrimonial que, sem deixar em segundo plano as atuais famílias já constituídas, determinará a sorte das famílias constituídas pelos que hoje são a realidade do futuro familiar: crianças, adolescentes e jovens.

Depois de fazer um apelo veemente a que cada nível do processo educacional assuma suas respectivas responsabilidades (família, sociedade, Igreja e Estado), o documento acentua a necessidade de "educação para o amor" em todos os ambientes e

— A aproximação do momento em que os jovens começam a se encaminhar para uma decisão, em vista da constituição de sua família, apareceu como um momento privilegiado de receptividade. Daí se tornar necessária uma preparação próxima específica que vai desde o aconselhamento individual até ao modo como são recebidos na preparação dos "papéis de casamento". Particular revisão merecem os atuais recursos usados nos assim ditos "cursos de noivos".

Cap. 3 — Pastoral da celebração cristã do matrimônio

A Liturgia do casamento, não raro encarada como um ato social, quer de cunho exibicionista, quer de caráter tradicional para justificar a convivência conjugal, deverá tomar verdadeiro caráter de ação eclesial. Foram analisados os diversos textos, as partes simbólicas da celebração, até mesmo as músicas e cantos aptos para uma verdadeira reunião de oração. A liturgia do casamento, momento marcante para a vida dos noivos, deverá merecer toda atenção quanto à preparação de subsídios adequados quanto à execução dos ritos.

Cap. 4 — Pastoral da vida familiar

Não basta ir à igreja para se casar, nem mesmo é suficiente uma bela cerimônia. Dia a dia os cônjuges devem ser, um para o outro, motivo de crescimento, de mútua ajuda, de respeito e não raro de perdão, para que se cultive de fato o amor, a fidelidade, a superação das crises inevitáveis no convívio humano de qualquer espécie, máxime na vida conjugal e familiar. A responsabilidade dos cônjuges será o principal fato de interação entre homem e mulher, na construção de um lar. Os melos a serem empregados para ajudar os casais dentro do atual contexto social, não podem ser simplesmente aqueles da experiência dos mais velhos. Há situações novas que exigem novos instrumentos de ação pastoral junto às famílias e das famílias entre si. É necessário que se cultivem, de modo pedagógico e explícito, os valores humanos — condição de convivência e de educação dos filhos — e que os casais cristãos se tornem conscientes de sua missão no mundo, transformando seus lares em verdadeiras "igrejas domésticas" capazes de cultivar, desenvolver e sustentar a fé cristã.

dentro do lar constituído por pessoas cristãs, que desejam cultivar sua fé e ao mesmo tempo se situam numa realidade concreta de pertencerem a confissões diferentes. O cultivo do mútuo respeito é insuficiente para uma verdadeira interação conjugal e não menos para a educação na fé por parte dos filhos. Aqui também alguns pontos devem merecer especial atenção: a legislação vigente quanto aos aspectos de validade, um projeto de ritual de celebração que respeite as características próprias das confissões cristãs, e seja apto a expressar a fé. Tudo isso será mais fruto de uma atitude pastoral por parte das igrejas do que um regulamento jurídico.

Cap. 6 — Pastoral da Igreja face a situações particulares

Os casos mais diversificados se apresentam na realidade da vida familiar. Já não se pode tomar em consideração apenas as famílias ditas "bem constituídas" por preencherem os requisitos do ideal normativo. É preciso que a Igreja, mãe e mestra, saiba adaptar-se às diferentes circunstâncias existenciais e tenha sua presença de serviço e de compreensão adequadas às situações. Há níveis de participação na vida da Igreja, mas a salvação é uma realidade que ultrapassa os limites da lei e das normas vigentes na Igreja. Fiel ao Cristo que veio para salvar a todos, a Igreja deve encontrar meios de ser ajuda e serviço sempre e em todo lugar, dentro das circunstâncias as mais diversas.

O documento sugere orientações as mais diversas para a ação da Igreja junto às pessoas que de fato vivem unidas, mesmo sem oficialização (o que ocorre por circunstâncias as mais diversas); o mesmo se diga com relação às pessoas casadas só no civil, desquitadas, divorciadas ou que contraiam segundas uniões. Em todas essas situações é possível viver valores humanos autênticos e consequentemente ter uma certa participação na vida da Igreja, conforme a diversidade de cada caso.

As crianças sem lar e os anciãos, fazem parte da família humana, mesmo quando desprovidos de um lar. A partir desta realidade é que deverão ser acolhidos, porque também esses são incluídos no sacrifício salvífico do Cristo e são chamados à salvação, mesmo por caminhos que nem sempre são os previstos por nós — nem por eles.

(O texto final, embora não tenha a pretensão

CIVC, o desafio para casais separados



É possível reconciliar casais separados ou desquitados? José Cury diz que sim. Ele é o organizador do Curso Intensivo Vivencial do Casamento e de Vivência Cristã — CIVC — e conta isto: 80% dos casais que participam desse curso se reconciliam. Veja como e porque.

Depois de muita insistência por parte dos amigos, eles concordam em aceitar um chamado. Vêm separados. Tímidos, ostentando arrogância, indiferença, ou trazendo no rosto as marcas de antigos rancores, existe em todos uma vaga esperança de reconciliação.

Eles são casais separados, desquitados ou em vias de separação, que encontraram na Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, um lugar para pensar em suas vidas, e na possibilidade de reuni-la à da companheira ou do companheiro e aos filhos.

Deve existir algo muito forte na Igreja da praça Honório Líbero, no Jardim Paulistano, para explicar o excesso de um movimento que permitiu a reconciliação

de oitenta por cento dos casais que dele participam.

“É de arrepiar”. É assim que José Cury define o que acontece, todos os meses, no interior da Igreja: O CIVC, ou Curso Intensivo Vivencial do Casamento e de Vivência Cristã.

Mais, José Cury não pode falar sobre o que os casais vão encontrar na Igreja, porque a chave do sucesso do CIVC é a surpresa, além do testemunho de uma equipe organizadora formada por casais que, um dia, também souberam o significado de uma separação. Cury é um dos principais organizadores do curso, e foi ele que em 1972 lançou a idéia da criação desse movimento destinado a reconciliar casais separados. Na época em que era presidente do Conselho

Paroquial da Igreja de Nossa Senhora de Fátima, no Sumaré, onde o movimento teve início.

O encontro dos casais separados é preparado com muito cuidado e com bastante antecedência por aproximadamente 100 casais “recuperados”, diz Cury. São pessoas que segundo afirma, conhecem muito bem o problema de separação, e que, além de se reconciliarem no CIVC, ofereceram-se para uma doação total aos que agora passam pelo mesmo problema.

Um curso do CIVC é dado durante um fim de semana completo, com início às oito horas da manhã e terminando às 10 ou 11 horas da noite.

A equipe que organiza o encontro não discute, durante estes dois dias, o va-

lor sacramental do matrimônio, mas analisa todos os aspectos do casamento no plano natural da família. Um boletim da equipe justifica essa posição, afirmando que o CIVC “compreendeu, pela prática adquirida em dezenas de cursos, que não há condições psicológicas de se fazer preleções religiosas, quando entre o casal não há harmonia necessária ao bom entendimento da mensagem espiritual”.

Depois do encerramento do encontro, passam a existir aquelas condições psicológicas, quando então os casais que se reconciliarem são convidados a participar da segunda fase do movimento, que são reuniões periódicas onde os temas religiosos são aplicados à vivência cristã de nosso tempo.

Separados há cinco anos, depois do curso saíram de braços dados

O vigário Olivo Caetano Collin dá uma idéia do que o CIVC significa, ao destacar alguns fatos que ocorreram no último curso afirmando que um casal, separado há cinco anos, saiu da Igreja de braços dados, numa noite de domingo, ao encontro dos filhos, e na próxima sala, alguém rasgou um processo, em andamento, de um desquite litigioso.

O entusiasmo do vigário e José Cury é confirmado pelos números: só em São Paulo, mais de 2.850 casais participaram do CIVC, com uma média de aproveitamento — reconciliações — de aproximadamente 80 por cento.

O CIVC também organiza equipes no interior e em outros Estados. Na cidade de Pinhal foram organizados 8 encontros, no qual participaram 320 casais; em Curitiba já existe uma equipe para dar continuidade ao movimento; e para o próximo

ano, serão realizados cursos em Porto Alegre, Joinville, Belo Horizonte e Brasília.

Através de sua experiência junto a casais separados, Cury acredita que a maioria deseja a reconciliação, sem distinção entre homens e mulheres. Os motivos que deram origem à separação, diz Cury, são muitas vezes graves e de solução aparentemente impossível, o que não impressiona ou desanima a equipe. Desquites ou separações que tiveram por origem um ato de traição por parte do marido ou da esposa foram apontados por ele como os casos de solução mais fácil, porque geralmente a decisão de deixar o lar foi tomada num momento de forte tensão nervosa. Os casais para os quais a reconciliação é mais problemática seriam aqueles em que o desentendimento e a separação culminaram depois de muito



tempo em vida em comum, em que um dos pares chegou à conclusão de que não podia mais suportar a presença do outro. "Nada, entretanto, é impossível", ressalta Cury, "porque basta que o casal tome consciência de que o amor é um ato de vontade, em que os sentimentos estão equilibrados, favorecendo uma entrega e uma integração total".

Dois problemas graves: 1.o: a vergonha da felicidade; 2.o: custo de vida, responsável por muitas separações

Cury acredita que existem dois graves problemas que atingem a estabilidade do matrimônio. Um deles é de ordem mental, expressa por esta frase — "O problema é que todo homem tem vergonha de ser feliz". E o outro, nasce na alta do custo de vida: "na classe média e pobre, os problemas financeiros estão sendo a causa da maioria dos desquites e separações, nos últimos tempos. É uma barbaridade".

O CIVC — Curso Intensivo Vivencial do Casamento e de Vivência Cristã, faz parte da Comissão Pastoral da Família, da Arquidiocese de São Paulo, orientada por d. Francisco Vieira, bispo da Região.

O Curso é realizado uma vez por mês, na Igreja de Nossa Senhora do



Perpétuo Socorro, na praça Honório Líbero, 90; Jardim Paulistano.

Seu objetivo é o de reconciliar casais separados, que são geralmente apresentados à equipe organizadora através de amigos ou parentes. Maiores informações e inscrições podem ser conseguidas na portaria da igreja ou pelos telefones: 282-8123 e 282-4374.

Mulheres desquitadas também têm curso

Nos mesmos moldes de outros cursos de conscientização cristã realizados na Igreja do Perpétuo Socorro, o CIVC organizou, com pleno êxito, o 1.º Curso de Conscientização Cristã para Senhoras Viúvas, Desquitadas ou Separadas, sem possibilidade de reconciliação.

Trata-se do primeiro movimento dessa natureza pertencente à Comissão Pastoral da Família, da Arquidiocese de São Paulo.

No primeiro encontro houve a participação de aproximadamente 30 mulheres, durante os dias 17 e 18 de setembro último. Em virtude dos bons

resultados alcançados, a direção do CIVC resolveu antecipar a realização do segundo curso para os dias 29 e 30 de outubro (sábado e domingo), a partir das 8:00 hs., na Igreja da praça Honório Libero.

O objetivo dos eigos e religiosos que participam deste curso é o de promover uma integração completa das mulheres sozinhas em sua própria família, na Igreja e na comunidade, destacando um valor que é comum a todos. A equipe justifica sua preocupação a respeito deste curso, desta-



cando a constatação que a maioria das senhoras viúvas ou separadas de seus maridos encontram-se, de uma forma ou de outra, marginalizadas dos atuais movimentos cristãos como os "encontros de casais com Cristo", "Movimento Familiar Cristão", e outros

CUSTO DE VIDA

Este material — organizado pela Frente Nacional do Trabalho — destina-se a ser uma contribuição, fornecendo subsídios, números, dados, para o Movimento do Custo de Vida, do qual a Frente é um dos colaboradores.

O Movimento do Custo de Vida atual é uma reedição do ano anterior, que culminou em uma assembleia com a participação de quatro mil pessoas. No momento, os participantes do Movimento estão empenhados em colher um abaixo-assinado, dirigido ao Presidente da República e aos ministros da área econômica. Além disso, eles estão organizando assembleias nos vários setores da cidade.



O custo de vida na saúde



O custo de vida na habitação



O custo de vida na alimentação

Custo de vida e salário

A alta do custo de vida não espera a alta do salário do trabalhador. Os distribuidores dos produtos nos supermercados, grandes armazéns e quitandas têm força para aumentar os preços conforme seus interesses. Volta e meia desaparece um produto da praça, para reaparecer depois, mais caro. Mesmo o Governo tendo órgãos de fiscalização e controle de preços, é comum a transgressão por parte de grupos econômicos.

O próprio governo está reconhecendo que sozinho é impossível controlar o custo de vida. Está pedindo a ajuda do povo, através da propaganda, dizendo que o povo pode controlar o custo de vida pechinchando e informando as irregularidades.

O povo pode realmente controlar a inflação e alta do custo de vida, mas só com pechincha não dá. É necessário que ao lado da fiscalização haja possibilidade do trabalhador participar nas decisões, ter liberdade de se organizar. Organizar-se em sindicatos, em partidos, nos bairros. Só assim poderá haver um controle dos preços, um equilíbrio de forças entre nós e os distribuidores e vendedores de produtos de primeira necessidade. A fiscalização contará então com a colaboração dos trabalhadores organizados e será realmente eficiente. Os preços serão contidos e os salários acompanharão a inflação.

Como o trabalhador participa?

O trabalhador é o principal responsável por tudo que é produzido no País: soja, feijão, açúcar, carro e avião. Mas qual a compensação que recebe por isso? Está mais do que provado que a riqueza produzida vai para as mãos de uma minoria. O operário embora produza muito, embora seja o responsável pela criação da riqueza, tem que lutar muito para conseguir o necessário para viver.

Nessa luta muitos ficam pelo caminho. Não conseguem superar os obstáculos. Uns não conseguem arranjar emprego. Outros ficam doentes por má alimentação ou acidente de trabalho. Há os imigrantes que saíram do interior, da roça, e que passam grande necessidade.

E os que venceram esses obstáculos são obrigados a trabalhar muito para se manter. Usam as horas extras como meio de aumentar sua renda. A maioria, no esforço para equilibrar o orçamento familiar, não percebe o prejuízo que causam a si mesmos e aos demais. Não podem comparecer a uma assembleia do sindicato, a uma reunião na igreja, ou visitar um companheiro. Passa a viver totalmente para o trabalho, como se fosse um escravo. E além de tudo está contribuindo para anular a conquista da jornada das 8 horas.

Porque será que o trabalhador não está conseguindo ser gente, ter os seus direitos respeitados? O que podemos fazer juntos, com a nossa luta?

Que situação é essa?

Não se pode discutir o CUSTO DE VIDA isoladamente de outros problemas, e principalmente deixar de lado a política salarial.

A política salarial posta em prática a partir de 1964 tem sido um dos principais instrumentos utilizados para que o salário dos trabalhadores diminuísse. Combate-se a inflação por meio do arrocho salarial. E nem assim o custo de vida pára de subir. Hoje ninguém pode dizer que o aumento salarial provoca inflação. Se a inflação continua, o trabalhador é a vítima, não a causa.

A política do governo mudou até as relações de trabalho dentro da empresa, colocando o trabalhador em grande desvantagem com a criação do Fundo de Garantia. Com ele foi criado um obstáculo para a união dos trabalhadores e reivindicação de melhores condições de vida e de trabalho. O trabalhador encontra-se hoje mais subordinado à disciplina da empresa, dependente em relação aos patrões, às autoridades do INPS, policiais, etc.

Vamos nos organizar!

Quando o salário está baixo e o custo de vida está alto, certamente os trabalhadores estão desorganizados.

Dentro da fábrica, do bairro, da Igreja, existe ainda um certo clima de medo, que foi-se criando pela ausência de liberdade. Esse medo precisa, aos poucos, deixar de existir. É necessário repetir muitas vezes, aos mais assustados, que defender nossos interesses não é crime, mas obrigação. Se não arregarmos as mangas, ninguém vai conquistar esses direitos para nós. É necessário união com os outros companheiros e firmeza.

Várias comunidades, grupos de trabalhadores, clubes de mães, jovens padres e pessoas em geral estão se reunindo, num grande movimento contra a alta do custo de vida e por um salário melhor. Venha se reunir a nós!

Como é o movimento

Há quatro anos atrás, em 1973, algumas mulheres da periferia resolveram escrever uma carta às autoridades, contando toda a situação e a luta para sobreviver. A carta foi muito comentada, publicada no Diário Oficial, lida no Congresso. Mas o custo de vida continuou aumentando.

Em 1976 foi feito um abaixo-assinado às autoridades, pedindo:

controle do custo de vida
melhoria de salários
mais creches e escolas

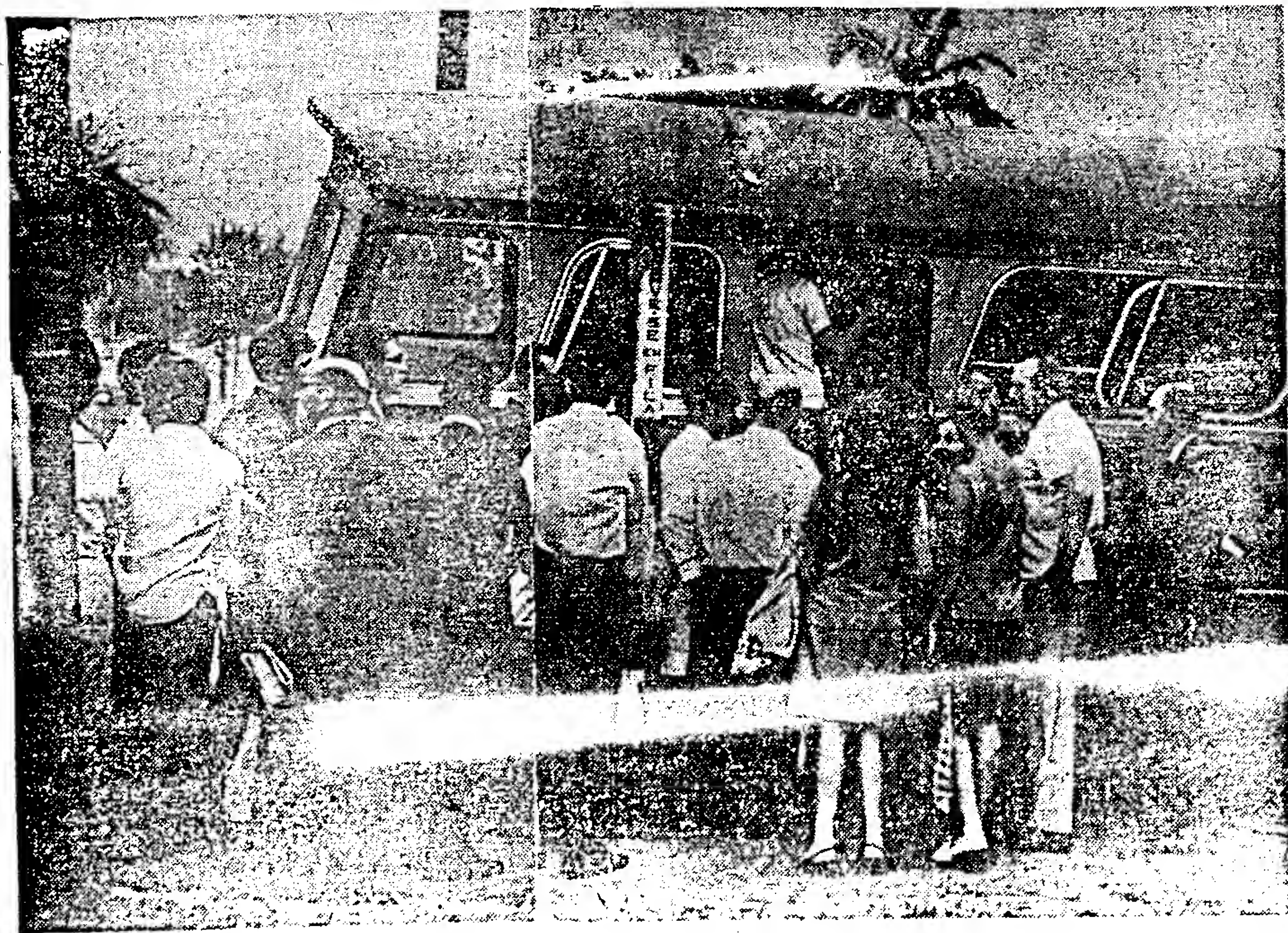
Foi feita uma ASSEMBLÉIA de 4.000 pessoas, onde as autoridades foram chamadas para discutir sobre o CUSTO DE VIDA, e para receber o abaixo-assinado com 19.426 assinaturas.

A Assembleia foi muito valorizada no Brasil inteiro. Salu a notícia em todos os jornais, revistas, TV rádios,...

Passado um ano, a situação continua piorando. Por isso, neste ano de 1977 muita gente começa a se reunir para organizar uma grande reunião.

Como participar do movimento?

Não existe uma regra fixa. Todo companheiro ou companheira interessado deve participar como achar melhor e como sentir que o trabalho pode render. Podemos dar algumas sugestões que já estão em andamento em alguns lugares:



O custo de vida no transporte

Abaixo Assinado

Estamos começando um grande abaixo assinado, endereçado ao Presidente da República e aos Ministros, responsáveis pela atual situação do povo. Para isso, é importante nos reunirmos em grupos, discutir a questão do Custo de Vida, e ver a melhor forma de conseguir que muita gente assine.

Assine o abaixo assinado, leve para seus amigos, parentes, colegas e vizinhos assinarem, e comece a se reunir e formar grupos para que o nosso movimento seja grande e possa gritar bem alto e forte como nós estamos vivendo e como nós queremos viver.

Compra comunitária

Algumas famílias estão se reunindo e comprando juntas. Na Freguesia do Ó, na Zona Leste, Zona Sul, Campo Limpo e outros lugares. Tem gente até fazendo roça comunitária. Nas reuniões os companheiros discutem os preços de mercadorias e participam do movimento do custo de vida.

(Leia e divulgue O São Paulo)

Outros meios

Cada companheiro ou grupo de companheiros encontra o melhor jeito para participar. O importante é somar. Quanto mais gente participar, mais a gente vai ter força, melhores serão os resultados.

(Leia e divulgue O São Paulo)

Nós precisamos exigir uma mudança, exigir salários melhores e que o custo de vida pare de subir. É um direito nosso, que todo mundo reconhece, mas que não é posto em prática.

O futuro do trabalhador

O trabalhador não tem força porque não está organizado. Cada um pensa em si mesmo porque a vida está muito apertada. Mas precisamos levantar nossa voz como uma só: a voz dos trabalhadores. Nos sindicatos, nos bairros, nas comunidades, nas compras comunitárias. Esse é nosso direito. Essa é nossa obrigação, essa é nossa luta.

VENHA SOMAR CONOSCO!

Feminismo na mensagem cristã

Continua na ordem do dia o problema do feminismo ou, em termos mais gerais, como efetuar uma adequada promoção da mulher a fim de que assuma plenamente sua tarefa de participação na construção de um mundo mais justo, mais fraterno e onde ela se realize plenamente como ser humano em todos os níveis.

Para debater temas relacionados com esse problema a Ação Católica Italiana promoveu em Roma um encontro de estudos, com a participação de 40 pessoas (na maioria mulheres) que procuraram ver quais os principais pontos de contato entre o atual movimento feminista e a mensagem cristã. O encontro se realizou na sede do Conselho para os Leigos e contou com a presença de vários representantes de organizações feministas católicas internacionais (algumas também religiosas).

Quem proferiu a palestra inaugural foi o mons. Franco Biffi, reitor do Pontifício Ateneu Lateranense. Partiu de um enfoque sócio-cultural do problema, mostrou seus dados mais atuais, que serão ainda publicados sob a forma de livro pelo próprio Conselho para os Leigos, além de uma coletânea com todos os discursos de Paulo VI sobre a questão "mulher" durante o Ano Internacional da Mulher.

Mons. Franco Biffi destacou principalmente o alcance revolucionário da questão feminina, a mais ampla de que se tem notícia na história, pois não há setor da vida humana onde não se sinta a presença feminina: acham-se as mulheres em todas as camadas sociais, em todos os grupos etários, em qualquer grupo ou categoria de pessoas. Se essa metade do gênero humano tomar plenamente consciência de sua dignidade, é de se prever — disse o orador — um notável impacto sobre o futuro da humanidade.

Por causa dessa consciência de sua dignidade, a mulher sempre se recusa ser considerada simples meio e pede que lhe reconheçam todos os seus direitos de ser humano. A mulher mostra hoje a vontade de passar da dependência à autonomia, da passividade à iniciativa, da coerção à liberdade, da subordinação à participação responsável. A mulher moderna, em suma, não quer mais ser apenas identificada com suas funções biológicas ou com certas inclinações psicológicas e tarefas sociais. É mister então representar os papéis sociais do homem e da mulher, para torná-los mais flexíveis e adaptados não tanto ao sexo, mas principalmente à vocação pessoal.

Depois dessa palestra de

mons. F. Biffi, seguiram-se os debates e círculos de estudo, no dia seguinte. Nesse debate prevaleceu a perspectiva cristã, principalmente sob um ponto de vista de fé e de esperança. Para os participantes o feminismo era considerado como oportuno desafio à fé cristã, sem porém se deixar de observar o perigo sempre presente dos modismos da nossa civilização que, através da propaganda, tenta transformar a mulher em simples elemento consumidor de bens industriais (quando não é ela mesma explorada como objeto-estímulo das promoções comerciais).

No plano pastoral, os congressistas insistiram em que os cristãos devem empenhar-se antes de mais nada em um serviço de promoção cultural, para que a mulher desenvolva a consciência de sua dignidade pessoal, através de uma busca responsável e madura de sua própria identidade e vocação.

Feita a análise crítica da situação — insistiram finalmente — é preciso passar à fase da opção libertadora, para manifestar em confronto com o feminismo a autêntica mensagem cristã de salvação, promovendo a mulher em todos os setores e em todos os níveis da vida cívica e eclesial. (De "Grande Sinal", publicação da Ed. Vozes).

Mulher no trabalho, filho na escola

MUL
SN 2
13/11

(é a opção para a falta de creches e babás)

Acumular o emprego com os afazeres domésticos é, no Brasil, "obrigação" que a maioria das mulheres economicamente ativas tem para cumprir. Pior que isso, ou ainda mais grave, é acumular uma terceira função: o cuidado com os filhos, sem causar prejuízos à criança ou a si própria. Um trabalho da pesquisadora Maria Machado Malta Campos, da Fundação Carlos Chagas, revela que são poucos os dados existentes sobre a maneira pela qual as brasileiras resolvem, individualmente, o problema da guarda dos filhos durante o período de trabalho externo.

Sabe-se, contudo, que a solução varia conforme a classe social da família e as características de cada região. Nas classes médias e altas é comum contar-se com o trabalho de domésticas que, na ausência da mãe, se incumbem dos cuidados com as crianças. Além disso, um número cada vez maior de instituições particulares de ensino pré-escolar estão à disposição dessas camadas. O problema se agrava para as mulheres pobres (80% da força de trabalho feminino) e traz a todas elas uma pergunta comum: como conseguir conciliar sua tripla função?

SEM CRECHES, NEM DOMÉSTICAS

Obter dados precisos sobre o número, capacidade e condições de funcionamento das creches no Brasil é, segundo a pesquisadora, tarefa quase impossível. "Ao contrário — diz ela — da constatação de uma carência de vagas que, embora possa sugerir investimentos altos, está dentro das possibilidades do País enfrentar com decisão e realismo, reverendo a legislação, coordenando a ação dos vários órgãos existentes, apolando o trabalho já iniciado por alguns, encontrando outras modalidades de financiamento, de maneira a assegurar à mulher que trabalha e aos seus filhos condições dignas de vida."

Eliminada a opção da creche, as mulheres da classe média se voltam para as domésticas, encontrando, novamente aqui, inúmeras reclamações e obstáculos: as babás são, hoje, mão de obra rara e cara (segundo a Agência Central de Empregos, o salário médio é de Cr\$ 2.500,00). Além disso, é preciso algum tempo de convívio entre a família e a doméstica, para que a mãe



As escolas-berçário recebem crianças a partir de dois meses.

adquirir confiança em deixar seus filhos sob sua guarda. Resta, então, recorrer a um parente ou às escolas maternas.

PROS E CONTRAS

Depois de lembrar que a convivência com a mãe é fundamental para a criança, o psiquiatra Paulo Gaudêncio admite que "talvez as escolas maternas sejam a solução mais viável". Posição que é endossada pela psicóloga Nivea Maria de Carvalho Fabrício, uma das proprietárias do CCI — Centro de Convivência Infantil, no Alto de Pinheiros:

— A mulher não deve renunciar ao seu trabalho em função dos filhos. Ela acabaria frustrada, se sentiria agredida e acabaria devolvendo esta agressividade à criança. A maior parte das mães de nossos alunos exerce atividade fora do lar, seja trabalhando ou estudando.

Mas, essas escolas, conforme lembram até mesmo as mães mais abastadas, têm pelo menos um inconveniente: o preço. Em geral, as escolas maternas e berçários cobram entre Cr\$ 500,00 e Cr\$ 1.500,00 pela matrícula, taxa semestral de Cr\$ 400,00 a Cr\$ 600,00 (para material), e mensalidades em torno de Cr\$ 1.000,00 para meio período e Cr\$ 2.000,00 para período integral (12 horas)

O preço, explica Nivea Maria, inclui cuidados com a criança, educação, alimentação e assistência médica de urgência, já que a maioria das escolas costuma contar com a assessoria de um pediatra. Tudo isso dá a garantia que as mães esperam, como asseguram os depoimentos de algumas delas:

— A criança passa todo esse tempo na escola, mas está sob os cuidados de pessoal especializado. Deixar com a avó é um risco: pode haver excesso de mimo ou a imposição inconsciente de uma educação à antiga. Na escola, a criança tem horários para o lanche e o banho, mas tem liberdade para escolher se quer dormir ou brincar. Além disso, recebemos um diário com as observações sobre o seu comportamento. No dia seguinte, esse mesmo diário é devolvido à escola com as anotações do que ela fez em casa. Com isso, há um perfeito entrosamento entre a escola e os pais, em benefício da criança.

O CIUME DA MÃE

A segurança adquirida pelas mães não elimina a possibilidade do ciúme — outro problema que a mulher geralmente enfrenta quando passa o dia longe dos filhos. A psicóloga Nivea Maria explica:

— Ao mesmo tempo em que a mãe se sente segura com o tratamento dispensado ao

11/77 p 2
filho na escolinha, teme que ele acabe apegando-se mais às professoras do que a ela. A demonstração desse ciúme é nítida quando a mãe vem buscar o filho e ele tenta pular de seu colo para o da professora. Acredito que as responsáveis pelas escolinhas maternas considerem compreensível este ciúme, que não chega a ser negativo. É importante que a escola demonstre à mãe que o amor de seu filho não está sendo perdido.

Entre a escola e mãe — conclui a psicóloga — não pode haver nenhum tipo de desconfiança, que acaba sendo transmitida à criança e comprometendo todo o trabalho. Nós procuramos resolver todos os casos, mesmo os mais difíceis, com diálogo e com muito amor.

"ALGUÉM PRECISA DE VOCÊ"

. MARIA TEREZÁ PAGLIARO

"Crianças são o sorriso de Deus para os homens"

"As crianças são o sorriso de Deus para os homens". Desde 1943, quando foi fundada a Obra Assistencial de São José, que mais tarde se transformaria na Obra Assistencial Nossa Senhora do Ó, das mais antigas da Zona Leste da Capital, este é o lema seguido pelas duas creches mantidas pela entidade.

"Damos amor e carinho para as crianças que não podem ficar em casa, quando os pais precisam trabalhar fora", explicou dona Antonieta Rodrigues de Siqueira, que presta serviços à Obra há mais de 30 anos. Como supervisora da creche Lar do Filho do Trabalhador, ela abriga no velho casarão do largo da Matriz, n.º 84, na Freguesia do Ó, cerca de 60 crianças. Os pequenos, de dois a sete anos de idade, permanecem sob seus cuidados, juntamente com outras três pagens, das seis às dezoito horas.

"Aqui as crianças tomam o desjejum, almoçam e jantam. Permanecem durante todo o dia brincando, têm atividades recreativas como música, expressão oral e várias formas de desenvolvimento motor". Dona Antonieta diz que as crianças, quando vão passar o fim de semana em casa, sentem muita falta da creche. "O ambiente, junto com outras crianças, da mesma idade, faz com que eles se apeguem. Aprendem a viver em grupo, a compartilhar as coisas com as outras crianças, a dividir, a dizer nós e não eu".

No Lar Filho do Trabalhador, é cobrada, de cada criança, uma taxa mensal de setenta cruzeiros que, na opinião de dona Antonieta, é uma quantia apenas simbólica. "Com esse dinheiro não poderíamos dar todo conforto e alimentação adequada às crianças. Recebemos doações em gêneros alimentícios de senhoras da vizinhança, além



As crianças da Creche N.Sa. Mãe de Deus

da cota mensal que a Obra Assistencial Nossa Senhora do Ó fornece".

Laura Marques de Paula é responsável pela outra creche da Obra Assistencial. A entidade localiza-se na rua Ribeiro de Moraes, 962, também na Freguesia do Ó e denomina-se Creche Nossa Senhora Mãe de Deus. Nela estão abrigadas atualmente 112 crianças, com idade variando de zero a quatro anos. O horário de atendimento é o mesmo mas, neste estabelecimento, a Prefeitura paga cerca de setenta por cento dos gastos com as crianças. As atividades desenvolvidas na creche são: aprendizado de habilidades motoras, expressão oral, expressão criativa (desenhos, etc), integração social, musicoterapia e as ativi-

dades da vida prática/comunitária.

São cerca de quinze funcionários, entre assistentes, enfermeiras, pedagogas, cozinheiras e auxiliares que trabalham no Lar Nossa Senhora Mãe de Deus.

A Obra Assistencial Nossa Senhora do Ó, com sede à avenida Itaberaba, n.º 525, recebe crianças de ambos os sexos em suas creches, sem distinção de raça, credo ou cor. Além desses estabelecimentos, mantém um hospital e um posto de artesanato. Na área das creches fornece aos seus clientes serviço médico, dentário e psicológico, extensivo também às famílias dos menores. Atende crianças de todo o município, principalmente as da zona leste da Capital.

FAMÍLIA

Com quem deixar os filhos?

Babás e mães estão descobrindo que, para trocar de emprego ou para encontrar uma empregada, uma praça da cidade funciona bem mais depressa do que uma agência de colocação. A Praça Buenos Aires, em Higienópolis, é uma espécie de filial de agências de empregadas. Nela, as patroas oferecem salários altos e confessam seu desespero diante da dificuldade de encontrar uma experiente babá, como você pode ver nesta página. Tanto é

que, cada vez mais, novos serviços estão surgindo na cidade, para atender às mães que precisam ou querem sair e não têm com quem deixar os filhos (veja página 18). Pagando, elas podem escolher: sistema baby-sitter, que cobra Cr\$ 350,00 por quatro horas, ou hoteizinhos, onde um simples banho chega a custar Cr\$ 14,00.

as babás mudam de emprego
(Na Praça Buenos Aires)

4/12/77

Shopping news
p. 16

A cena se repete a cada manhã. Na parte baixa da Praça Buenos Aires, longe dos balanços, escorregadores e montes de areia, as crianças brincam sob os cuidados de moças alegres, falantes, que interrompem qualquer assunto para correr atrás de um garoto fujão. Na parte de cima, cercadas por uma tela, mais crianças brincam observadas por outras moças também falantes, alegres, vestidas de branco. Apesar da discriminação visível — as não uniformizadas quase não se misturam com as de branco — todas são babás. O empregado doméstico que mais ganha por uma única função.

— Para com isso, menina. A voz da babá Rosa S. é enérgica, mas não tem o efeito esperado. Cintia, a

criança de quem Ana Justina (outra babá) toma conta, continuou batendo na cabeça de Roseli até as duas caírem

num monte de areia. O choro, inevitável, não durou mais do que dois minutos. Entre os afagos e carinhos

das babás, as garotas voltaram a brincar.

Rosa e Ana Justina reataram a conversa como se o incidente não houvesse acontecido. Ana falava da perspectiva do aumento de seu salário. Marizete e Ana Maria, duas amigas da praça, chegaram mais perto.

— Você vai passar para Cr\$ 4 mil? — perguntou Marizete, incrédula. Assim, de uma hora para outra?

Ana Justina explicou que o aumento só virá em janeiro, "quando a patroa ganhar o outro nenê". Ela o acha justo, pois ganha Cr\$ 3 mil para cuidar de duas crianças "e tomar conta de três tem de ser, mesmo, mais caro". A cozinheira também vai pedir aumento e ela "não se conforma de ganhar menos do que uma empregada que entrou outro dia na família".

De fato, enquanto trabalha na avaliação dos projetos (o coordenador dos estudos parece ser o general Golbery do Couto e Silva), o governo estimula o debate sobre as salvaguardas através da Missão Portella. Dessa forma e esta é a essência da questão, ela divulga seus propósitos supostamente democráticos, tenta ofuscar a campanha pela Constituinte e ainda evita que suas fileiras se dispersem debatendo o pomo da discórdia: a sucessão presidencial. Os que acham que isso essencialmente não significa uma reciclagem do regime, para redobrar o fôlego e seguir em frente, parecem oscilar entre a falta de confiança na oposição e a ingenuidade de acreditar que se retocando a fachada da casa ela vai ficar mais confortável. No caso, democrática.

O concurso das salvaguardas

A Arena de São Paulo resolveu ampliar o debate em torno das salvaguardas necessárias ao aperfeiçoamento do regime lançando um concurso entre alunos de Ciências Sociais.

Segundo Claudio Lembo, presidente do Diretório Regional da Arena, o objetivo do concurso é, "em caráter científico, a partir das raízes brasileiras", se encontrar as sal-

vaguardas que foram apontadas pelo general Ernesto Geisel como necessárias para tomar o lugar do AI-5. O concurso será lançado oficialmente em janeiro e as sugestões poderão ser feitas por grupos de até três estudantes de Ciências Sociais. O prêmio não é grande coisa: três dias em Brasília, acompanhando o funcionamento do Congresso Nacional.

Cláudio Lembo é conhecido em São Paulo por ter o que alguns chamam "habilidade política". Ele próprio se diz um liberal, embora a rigor deva ser catalogado naquela categoria de neo-liberais corporativos engendrados pelo atual regime. Lembo entrou na política pela mesma porta do atual prefeito paulistano: o Banco Itaú, do qual o prefeito Olavo Setúbal é diretor. Lembo era professor de Setúbal no banco e, quando Setúbal foi para a prefeitura, nomeou-o para a Secretaria de Negócios Extraordinários. Depois assumiu a presidência do Diretório Regional da Arena. Entre os jornalistas políticos de São Paulo ele é conhecido como pessoa hábil, que se comporta convenientemente em meios diferentes. A um jornalista que não tem nenhum tipo de admiração pela Arena, por exemplo, Lembo certa vez citou o teórico italiano Antonio Gramsci, que morreu nos cárceres do fascismo.

É essa sua ousadia que o leva a promover um concurso entre estudantes, criando uma situação inédita no atual regime: a de pedir conselhos a universitários sobre seu próprio futuro. Quem sabe a ousadia de Lembo pode custar-lhe a ironia de, por exemplo, mantendo sua fama de estudantes politizados, os alunos de Ciências Sociais sugerirem como salvaguarda da democracia – e não do regime atual – aquela que o regime não quer de jeito nenhum – a formação de uma Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana.

Clarice Lispector passou por aqui

Passou de mansinho. Morreu um dia destes, deixou uma obra imensa. Mas ela, Clarice, a criança, a menina, a mulher, o ser humano imenso que gerou tal obra, parece que realizou na vida a extraordinária vocação da simplicidade. Mara, nossa companheira de redação, garimpando seus livros, conseguiu compor uma espécie de entrevista póstuma, cheia de vitalidade, compilando algumas frases que, nas horas sem guarda, Clarice escreveu sobre si mesma, espalhando por todos os seus livros a sua revelação. O desenho também é de Mara. O teólogo Frei Gilberto Gorgulho, nosso companheiro de redação, encontrou no monólogo uma insuspeita coerência. Enumerou oito itens de um processo de vida e fez



um pequeno comentário sobre uma grande experiência humana. Os intertítulos entre parênteses são as divisões do frei Gorgulho.

O dinamismo de um ser humano

(O objeto que grita e se ajeita na existência)

Quiseram que eu fosse um objeto. Mas eu não obedeco totalmente: se eu tenho de ser um objeto, que seja um objeto que grita. Há uma coisa dentro de mim que dói. Como dói e como grita pedindo socorro. O que me salva é o grito. Eu protesto em nome do que está dentro do objeto. Sou um objeto urgente.

Maravilhoso escândalo: nasço.

Estou de olhos fechados. Sou pura inconsciência. Já cortaram o cordão umbilical: estou solta no universo. Com os olhos fechados procuro o peito: quero leite grosso. Ninguém me ensinou a querer. Mas eu já quero. Nasci dura, heróica, solitária; e em pé. Amo o feio com um amor de igual para igual.

(A forma corporal e o espaço da intimidade)

Eu só tinha tempo de crescer, o que fazia para todos os lados, com uma falta de graça que mais parecia resultado de um erro de cálculo: as pernas não combinavam com os olhos, e a boca era emocionada enquanto as mãos se espalhavam sujas — na minha pressa eu crescia sem saber para onde.

Só muito mais tarde, tendo me organizado em corpo e me sentindo mais garantida, pude me aventurar a estudar, antes, eu não podia me arriscar a aprender não queria me perturbar, tomava intuitivo cuidado com o que eu era, já que eu não sabia o que eu era, e com vaidade cultivava a integridade da ignorância. (Já então) eu daria tudo o que eu era por nada, mas queria que tudo me fosse dado por nada.

(A saída e a busca de si mesma: pergunta, resposta, explicação)

As perguntas que fiz em criança não foram respondidas e ficaram ecoando plangentes: o mundo se fez sozinho? Onde? E se foi através da energia de Deus, como começou? Será que é como agora, quando estou sendo e ao mesmo tempo me fazendo?

Depois de certo tempo cada um é responsável pela cara que tem. De repente, dobrei-me em dois para a frente como em profunda dor de parto — e vi que a menina em mim morria. E eis-me aqui, dura, silenciosa, e heróica. Sem menina dentro de mim.

Quando vou me explicar pereço a úmida intimidade: deixo-me acontecer — com horror descubro pertencer à parte forte do mundo, (tenho) uma piedade de leão, tenho por dom a paixão, sou orgânica, mergulho na quase dor de uma intensa alegria, amo o perigo, (mas) tenho certo medo de mim, não sou desconfiança, desconfio do meu falso poder.

(A intimidade do eu, a densidade do existir pessoal)

Eu que nunca sou adequada, que sou à esquerda de quem entra, quero a coisa mais primeira porque é fonte de geração, ambiciono beber água nascente da fonte, quero a lonjura; não me escondo por modéstia, mas para poder captar meu próprio segredo.

As vezes grito: "Não quero mais ser eu!" mas me grudo a mim, assombrada pelos meus fantasmas, pelo que é místico e fantástico, caminho em corda bamba até o limite do meu sonho. As vísceras torturadas pela voluptuosidade em guiam, fúria dos impulsos, minha fome se alimenta de seres putrefatos em decomposição, bebo um gole de sangue que me purifica toda. Mergulho de uma só vez, se esperar compreender para aceitar as coisas, nunca o ato de entrega se fará. Sei porém que só andando é que se sabe andar e — milagre — se anda. As vezes o excesso de mim chega a doer e quando estou excessiva tenho de dar de mim como o leite que se não flui arrebatado o seio.

Como aqueles que no convento varrem o chão e lavam a roupa, é necessário que eu tenha a modéstia de viver. Escrever me dá a grande medida do silêncio: ouve-me, ouve meu silêncio. O que falo nunca é o que falo, e sim outra coisa. Capta essa outra coisa de que na verdade falo porque eu mesma não posso. Lê a energia que está no meu silêncio. A palavra como isca. Quando a não palavra, a entrelinha — morde a isca — alguma coisa se escreveu. O que escrevo é modo de expressar o silêncio. Falo baixo para que os ouvidos sejam obrigados a ficar atentos e a me ouvir.

Nada planejo no meu trabalho deixo o cavalo livre correr fogoso, só a realidade me delimita, escrevo em desordem, bem sei, mas é como vivo, só com achados e perdidos.

O que escrevo não vem de manso, não, o que escrevo é de fogo, como olhos em brasa, eu corpo a corpo comigo mesmo, escrevo como exercício profundo de mim. Não é confortável o que escrevo: fixo os instantes de metamorfose e é de terrível beleza a sua sequência e concomitância; fabrico o futuro, como uma aranha diligente, ando na sombra, onde tantas coisas acontecem. Realizo o realizável, mas o irrealizável eu vivo.

(No fundo de tudo existe a Aleluia!)

No fundo de tudo há a aleluia.

Neste mesmo momento peço ao Deus, à Força do que Existe, que me ajude. Estou precisando mais do que a força humana. Sou forte mas também destrutiva. O Deus tem que vir a mim, já que não tenho ido a Ele. Que venha por favor. Mesmo que eu não mereça. Ou talvez os que menos merecem mais precisem. Advinho que em algum lugar ou em algum tempo existe a grande resposta para mim. (Não aceito) que permitam aos seres apenas a alegria humilde e a paz, e não a imitação de Cristo, a tentação de me perder, mas me perder na luz. Deus não é automático, para Ele cada instante é. Seu silêncio me aterroriza. Porque enquanto eu amar um Deus só porque não me quero, serei um dado marcado, e o jogo de minha vida maior não se fará. Enquanto eu inventar Deus Ele não existe.

(A morte, o morrer, o ser definitivamente vivo)

Ah, viver é tão desconfortável. Tudo aperta, o corpo exige, o espírito não pára, viver é incômodo. Não se pode andar nu nem de corpo, nem de espírito. Eu não te disse que viver é apertado? Estou me apagando. Descolei-me de mim. Estou pronta para o silêncio grande da morte. Quando eu morrer então nunca terei nascido e vivido: a morte apaga os traços de espuma do mar na praia. (Ou alguém) virá colher os frutos de minha vida? (No entanto) custa-me crer que eu morra. Pois estou borbulhante numa frescura frígida. Que o Deus me ajude: estou sem guia e é de novo escuro. Terei de morrer para nascer de novo? Aceito. (Mas) estou apavorada. Porque nesta terra houve dinossauros? Como se extingue uma raça? Poderei violentar a morte e abrir-lhe um fresta para a vida? Denuncio nossa fraqueza, o horror alucinante de morrer, e respondo a essa infâmia com a alegria pura e indomável, me recuso a ser vencida: então eu amo.

E se morrer for uma muda explosão interna, o corpo não aguenta mais ser corpo. E se morrer for um prazer, egoísta prazer? Ou sonhar que estou sonhando, a morte um sonho de um sonho de um sonho?...

Quero morrer com vida, lucrando o último instante. Há uma prece profunda em mim que vai nascer não sei quando. Querla tanto morrer de saúde. Como quem explode: l'eclate. Por enquanto há diálogo contigo. Depois será monólogo. Depois será o silêncio. Sei que haverá uma ordem. Porque, certa madrugada, cai em estado de graça. Não sei explicar assim como não se sabe contar a aurora a um cego, esse não é usado para nada: o corpo se transforma um dom, tudo ganha uma espécie de nimbo que não é imaginário, num resplendor de energia-liberdade, beatitude, comunicação consigo mesmo.

(A vibração íntima se realiza no amor e na comunhão)

Tenho amor dentro de mim. Só que não sei usar amor. As vezes me arranha como se fossem farpas. Pensava que somando as compreensões, eu amava. Não sabia que somando as incompreensões é que se ama verdadeiramente. Me dei toda e tanto, que só me restou a alegria de me ter dado. Amor é não ter. Só que é difícil o amor franciscano. Que fazer se não te enterneces com meus defeitos, enquanto eu amei os teus? (No entanto) já entrei contigo em comunicação tão forte que deixei de existir sendo. Como traduzir o silêncio do encontro real entre nós dois? Comunhão perfeita — estado agudo de felicidade — tais momentos são meu segredo. Terrivelmente lúcida, parece que alcanço um plano mais alto de humanidade. (Mas) o anel que tu me deste... Em seu lugar vem o belo ódio dos que se amaram e entredoraram. Não há paixão sofrida em dor e amor a que não se siga uma aleluia.

(A experiência da solidão e da liberdade)

Agora sei: sou só. Eu e minha liberdade que não sei usar. Assumo minha solidão: uma certa glória íntima que pode se tornar dor — e a dor, silêncio — preciso de segredo para viver. Não te desejo esta solidão, mas eu mesma estou na obscuridade criadora, lúcida escuridão. Ninguém é eu — ninguém é você — solidão. Aleluia, escuro vivo humano da dor da separação mas grito de felicidade diabólica, porque ninguém me prende mais. Confesso estar um pouco assustado, não sei onde me levará esta minha liberdade. Não é arbitrária nem libertina. Mas estou solta. Só alguns escolhidos pela fatalidade do acaso provaram de liberdade esquiva e delicada da vida. E essa liberdade de ninguém é muito perigosa. Estar só — sem precisar de ninguém, em uma praia cheia de um vento bom e de liberdade. Aleluia! Ela é meu último refúgio, forcei-me a ela e aguento-a não como um dom, mas com heroísmo. Sou heroicamente livre.